

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

MARCOS ROBERTO BORSATTI

**DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES PARTICIPATIVAS PARA A DINÂMICA
DE OCUPAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO
DE RIBEIRA - SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

MARCOS ROBERTO BORSATTI



**DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES PARTICIPATIVAS PARA A DINÂMICA
DE OCUPAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO
DE RIBEIRA - SP**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de Concórdia/SC, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof. Cidmar Ortiz dos Santos

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES PARTICIPATIVAS PARA A DINÂMICA DE OCUPAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA - SP

Por

MARCOS ROBERTO BORSATTI

Esta monografia foi apresentada às 18h do dia 22 de agosto de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Concórdia/SC, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof. Me.Cidmar Ortiz dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Orientador)

Prof. Dra. Carla Cristina Bem
UTFPR – Câmpus Medianeira

Cleusa Rosane Magnani
Tutora Polo UAB Concórdia

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

A Deus, que nos criou e foi cuidadoso nesta árdua tarefa. Aos meus pais que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha noiva Joana pela paciência com a minha dedicação ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu orientador professor Cidmar Ortiz dos Santos pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”. (ARTº 225, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

RESUMO

BORSATTI, Marcos Roberto. Diagnóstico e diretrizes participativas para a dinâmica de ocupação e ordenamento territorial do Município de Ribeira - SP. 2018. 59 páginas. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática a busca de informações técnicas e participativas no processo de elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do município de Ribeira - SP. As pesquisas estão voltadas ao envolvimento da população junto ao processo de planejamento das ações futuras e dados socioespaciais municipais. O tema apresenta uma metodologia de sustento para preparar o Poder Público Municipal ao trabalho de mobilização social e envolvimento dos munícipes nos processos de planejamento territorial. A metodologia das oficinas buscou agregar confiabilidade e sustento das informações apresentadas para que as mesmas possam subsidiar os apontamentos da comunidade local para os temas trabalhados. Desta forma, buscou-se um trabalho dinâmico para a definição da ocupação e ordenamento territorial do município de Ribeira - SP. A Oficina de leitura comunitária realizada em Ribeira teve baixa participação social. O público presente correspondeu às expectativas da metodologia apresentada.

Palavras-chave: Planejamento Territorial, Mobilização e Participação.

ABSTRACT

BORSATTI, Marcos Roberto. Diagnosis and participatory guidelines for the dynamics of occupation and territorial planning of the Municipality of Ribeira - SP. 2018. 59 páginas. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This work had as its theme the search for technical and participative information in the process of elaboration of public policies focused on the development of the municipality of Ribeira - SP. The research is focused on the involvement of the population in the process of planning future actions and municipal socio-spatial data. The theme presents a support methodology to prepare the Municipal Public Power to the work of social mobilization and involvement of the citizens in the processes of territorial planning. The methodology of the workshops sought to add reliability and sustenance of the information presented so that they can subsidize the notes of the local community for the themes worked. This way we sought a dynamic work for the definition of the occupation and territorial planning of the municipality of Ribeira - SP. The community reading workshop held in Ribeira had low social participation. The present public corresponded with the expectations of the presented methodology.

Keywords: Territorial Planning, Mobilization and Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Município de Ribeira - SP.....	17
Figura 2 - Classificação climática de Ribeira.....	27
Figura 3 - Precipitação de Ribeira.....	28
Figura 4 - Temperatura em Ribeira.....	29
Figura 5 - Unidades de Planejamento de Ribeira.....	31
Figura 6 - Hidrografia de Ribeira.....	32
Figura 7 - Tipos de solos em Ribeira.....	34
Figura 8 - Geologia de Ribeira.....	35
Figura 9 - Geomorfologia de Ribeira.....	36
Figura 10 - Declividade de Ribeira.....	37
Figura 11 - Hipsometria de Ribeira.....	38
Figura 12 - Vegetação de Ribeira.....	40
Figura 13 - Remanescentes florestais de Ribeira.....	41
Figura 14 - Uso e ocupação dos solos de Ribeira.....	43
Figura 15 – Fotos da Oficina Comunitária realizada em Ribeira - SP.....	45
Figura 16 - Formulário de participação.....	48
Figura 17 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 1 e Eixo 2 (Uso do Espaço urbano e Habitação).....	55
Figura 18 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 3 (Acessibilidade e Mobilidade Urbana).....	55
Figura 19 - Ficha de participação - Grupo 2 - Eixo 4 (Qualidade de Vida).....	56
Figura 20 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 5 (Cultura, Lazer e Turismo).....	56
Figura 21 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 6 (Meio Ambiente e Sustentabilidade).....	57
Figura 22 - Representante do Grupo 01 apresentando os apontamentos.....	57
Figura 23 - Representante do Grupo 02 apresentando os apontamentos.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios Limítrofes e distâncias em relação à Ribeira.....	17
Quadro 2 - População Urbana e Rural de Ribeira, 1991 a 2010.....	19
Quadro 3 - Evolução populacional comparado ao estado e ao país, de 1991 a 2010.	19
Quadro 4 - IDHM no Município de Ribeira, 1991 - 2010.	22
Quadro 5 - Climatologia de Ribeira.	26
Quadro 6 - Resultados CDP.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de urbanização em Ribeira, São Paulo e Brasil, 2010.....	20
Gráfico 2 - Taxa de Crescimento médio total anual da população de Ribeira, no período 1991 a 2010.	21

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	11
2FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 PLANO DIRETOR.....	14
2.2A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	15
3PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
3.1 CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL.....	16
3.1.1Demografia.....	18
3.1.3Taxa Média de Crescimento da População.....	20
3.1.4Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....	21
3.1.5Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	23
3.1.6Legislação e Instrumentos de Planejamento.....	25
3.1.7Aspectos Ambientais	25
3.1.7.1 Clima	25
3.1.7.2 Recursos Hídricos	30
3.1.7.3 Relevo do Solo	33
3.1.7.4 Vegetação	39
3.1.7.5 Uso e Ocupação do Solo.....	42
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	44
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	44
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	45
3.2.1Condicionantes.....	46
3.1.2Deficiências	46
3.1.3 Potencialidades	47
3.5 ANÁLISES DOS DADOS	48
4RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
5CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6REFERÊNCIAS.....	60
7APÊNDICE(S)	62

1 INTRODUÇÃO

O diagnóstico e sistematização de informações referentes ao planejamento urbano têm sido abordados de forma detalhada no processo de crescimento organizado das cidades. É a partir dele que se instituem diretrizes e metas para o fechamento das propostas e a constituição do Plano Diretor Municipal - PDM. O marco legal para a política urbana no Brasil foi a Constituição Federal de 1998, estabelecendo o ordenamento do desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Conforme o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, a responsabilidade pela elaboração do Plano Diretor é do poder municipal, sendo obrigatório para cidades:

- Com mais de vinte mil habitantes;
- Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- Integrantes de áreas de especial interesse turístico; ou
- Inseridas em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.

A garantia do desenvolvimento das funções econômicas, sociais e ambientais do município geram um ambiente de inclusão socioeconômica de todos os cidadãos e de respeito ao meio ambiente e este deve ser um cenário buscado não só pelo poder municipal, mas também por toda a sociedade.

O Plano Diretor de Ribeira/SP servirá para o favorecimento de um padrão em excelência na gestão pública municipal de maneira ordenada e focada no desenvolvimento socioeconômico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na maioria dos municípios brasileiros, verifica-se que há uma grande concentração da população na área urbana. Diante deste quadro, o Plano Diretor Municipal é uma das ferramentas para o fortalecimento dos municípios, como orientador da política local de desenvolvimento de forma ordenada, apontando para as alternativas de viabilidades econômicas com inclusão social de forma a influenciar o crescimento regional.

Assim, por cidades sustentáveis devem ser entendidas aquelas que implementam políticas urbanas baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável e que possuem mecanismos de gestão que possibilitam o acesso de todos os cidadãos, desta e das futuras gerações, aos bens, equipamentos públicos e às riquezas naturais.

As reivindicações do passado fizeram com que os conceitos de desenvolvimento urbano, ordenamento territorial e estado financeiro perante os cenários da economia fossem alterados, objetivando a organização. Na Constituição Federal de 1988, o planejamento urbano é abordado nos artigos 182 e 183, que são:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 1988).

A regulamentação dos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal surgiu através da Lei nº 10.257 de 2001 a qual institui o Estatuto da Cidade. Esse estabelece diretrizes gerais para a política urbana no Brasil, com enfoque em sua elaboração para atendimento de tais diretrizes. Nele, são estabelecidas normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como equilíbrio ambiental.

As diretrizes gerais são estabelecidas no Art. 2, que assim se apresenta:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental;

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

- IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;
- XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
- XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
- XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001).

O Estatuto da Cidade inovou ao estabelecer instrumentos de planejamento urbano, como os planos, institutos tributários e financeiros, institutos jurídicos e políticos, entre outros.

2.1 PLANO DIRETOR

O instrumento Plano Diretor, é uma política municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade. Sua principal função é organizar o crescimento do município em diversos setores, trabalhando sempre com o potencial e as limitações de cada setor (ESTATUTO DAS CIDADES, Lei Federal nº 10.257).

Pode-se dizer que o Plano Diretor é um pacto firmado entre o Poder Executivo, Poder Legislativo e a Sociedade. Estes três poderes buscam direcionar a forma de crescimento tendo como princípios uma melhor qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais.

O conteúdo mínimo recomendado para o Plano Diretor é estabelecido através da Resolução nº 34 de 1º de julho de 2005, do Conselho das Cidades, vinculado ao Ministério das Cidades, a qual orienta a inclusão de diversos eixos no processo de

planejamento, tais como: estabelecimento da função social da propriedade urbana, pública ou privada; função social da cidade em todo seu território e instrumentos da política urbana relacionados às estratégias de crescimento organizado (ESTATUTO DAS CIDADES, Lei Federal nº 10.257).

Segundo Freitas (2012), o Plano Diretor é o meio mais seguro e eficaz de gestão ambiental dos municípios, uma vez que as informações trabalhadas neste planejamento abrangem e atribuem normas para os seguintes aspectos: delimitação das áreas urbanas onde poderá ser determinado o parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo; delimitação das áreas em relação às quais o Poder Público terá direito de preempção; delimitação das áreas e forma em que poderá ser realizada a outorga onerosa do direito de construir; delimitação das áreas em que será permitida a alteração do uso do solo mediante contrapartida do beneficiário; estabelecimento das condições referentes à aplicação da transferência do direito de construir, entre outras.

2.2A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No contexto brasileiro, a participação social acontece quando um grupo busca a organização para reivindicar algo que esteja interferindo financeiramente ou na qualidade de vida. Esses movimentos sociais não costumam ser tão fortes quando se trata de ajudar na construção de políticas públicas que possam trazer benefícios à população.

A elaboração do Plano Diretor de um município é de total interesse da população, uma vez que essa será diretamente afetada pelas ações instituídas pelo Plano. Desse modo, as contribuições da população nos espaços cedidos para a participação, fortalecem o planejamento em questão e dão subsídios ao Poder Público Municipal para que sejam cumpridas as ações. Segundo a Política Nacional de Participação Social, a participação em processos de construção de políticas públicas ocorre em etapas como:

- Leituras/Oficinas Comunitárias;
- Consultas Públicas;
- Audiências Públicas;

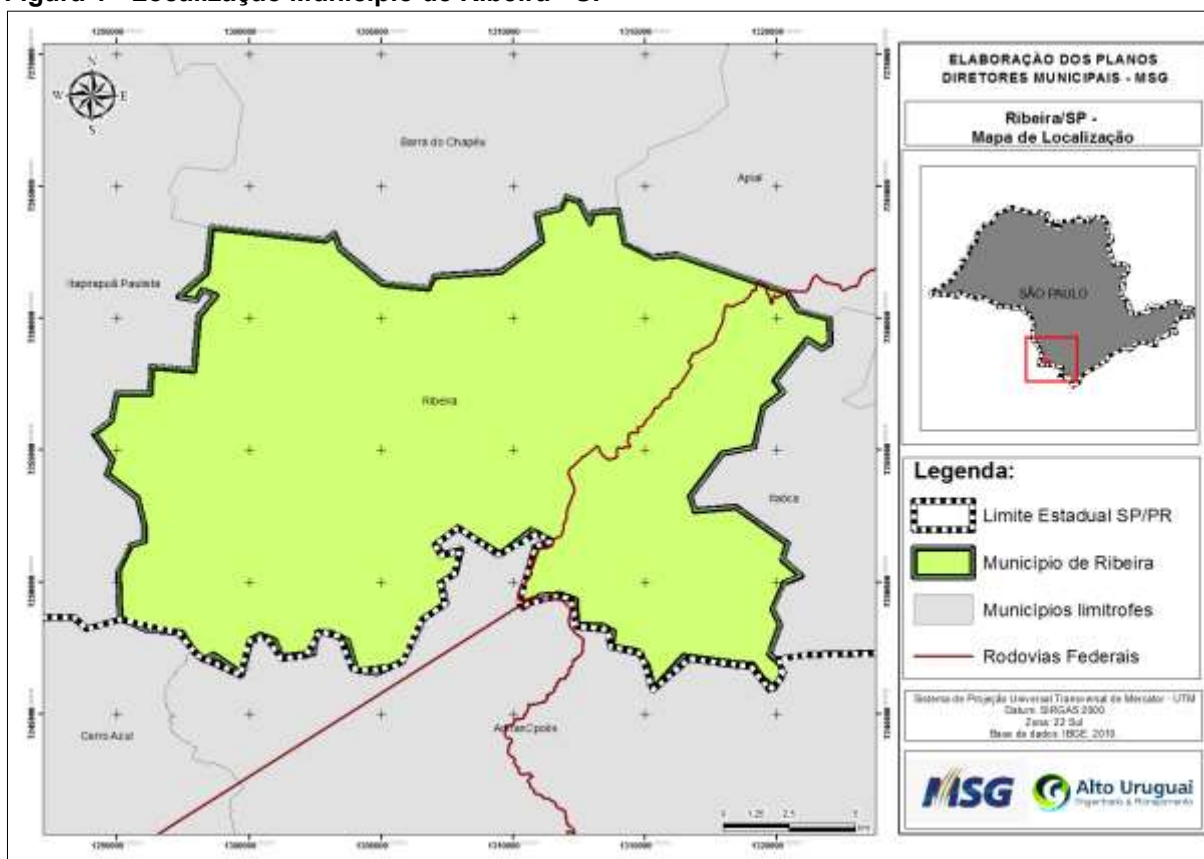
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

Ribeira localiza-se no Estado de São Paulo, nas coordenadas geográficas de Latitude de 24° 39' 25" Hemisférios Sul e Longitude de S 49° 00' 32" Oeste de Greenwich (Figura 1).

Situada na porção sul do Estado, está a uma distância de 354 Km da capital São Paulo e possui uma área territorial de 335,752 Km². Faz limite com 9 municípios, sendo os municípios limítrofes ao norte: Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce; ao leste: Urucânia, Oratórios e Amparo da Serra; ao sul: Teixeiras e Guaraciaba; e ao oeste: Acaiaca e Barra Longa. O município mais próximo ao município de Ribeira (Adrianópolis) fica no estado do Paraná, a uma distância de apenas 2,3 quilômetros. Dentro do Estado de São Paulo os municípios mais próximos são: Apiaí (33,1 km) Itaóca (33,2 km). (Quadro 1). A proximidade ao município de Adrianópolis leva certo movimento pendular e trocas comerciais diárias, uma vez que a ponte sobre o Rio Ribeira de Iguapé é o elemento de ligação entre os municípios e utilizada diariamente por moradores de Ribeira para se deslocarem até o município vizinho.

Figura 1 - Localização Município de Ribeira - SP



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Quadro 1 - Municípios Limítrofes e distâncias em relação à Ribeira.

DISTÂNCIAS EM RELAÇÃO A MUNICÍPIOS LIMÍTROFES E CAPITAL ESTADUAL		
UF	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (km)
SP	São Paulo (capital)	354
	Itapirapuã Paulista	44,7
	Barra do Chapéu	34,5
	Apiaí	33,1
	Itaoca	33,2
PR	Adrianópolis	2,3
	Cerro Azul	83,7

Fonte: IBGE, 2010.

Ribeira pertence à mesorregião de Itapetininga e à microrregião de Capão Bonito. O único distrito é o distrito sede de Ribeira.

A BR-476 é o principal acesso ao município, atravessa sua área rural, seu distrito sede e permite conexão ao município de Adrianópolis no Estado do Paraná.

3.1.1 Demografia

A abordagem dos aspectos populacionais visa dimensionar dados relevantes na construção de políticas públicas, de forma a compreender as dinâmicas do Município e suas diversidades internas. Dessa forma, os dados levantados servirão como base de conhecimento sobre aspectos relevantes que constituem a dinâmica da população do município.

O Município de Ribeira tem uma população de 3.358 habitantes segundo o Censo do IBGE/2010. Houve um decréscimo populacional anual de 4% no período entre 2000-2010, fenômeno que diferencia o município de Ribeira da maioria dos municípios brasileiros. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o ano de 2010, a população do Município equivale a menos de 0,01% da população do Estado de São Paulo.

De acordo com dados do IBGE, a população rural de Ribeira decaiu, com uma notável diminuição entre o período de 1991 a 2000 (Quadro 2 - População Urbana e Rural de Ribeira, 1991 a 2010. Quadro 2): de 2894 habitantes vivendo na área rural em 1991, para 2501 habitantes, em 2000. O Município é composto por 36,81% da população vivendo na área urbana e 63,19%, vivendo na área rural segundo o Censo do IBGE/2010 (Quadro 2).

O panorama socioeconômico de tal fenômeno demográfico é constituído pelo movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna, marcado pela introdução maciça de avançadas tecnologias de cultivo, substituição de culturas alimentares por produção de commodities e alterações radicais nas relações de trabalho – elementos altamente poupadores de mão de obra. Em 1990, ocorreu o êxodo rural e o processo de urbanização, fazendo com que a população rural diminuísse, cerca de 4% entre 2000 para 2010.

A estimativa da população para 10 anos é calculada a partir da taxa de crescimento com base no método geométrico apresentado na última contagem populacional do IBGE, com isso, a população estimada para o ano de 2016 em Ribeira era de 3.399 habitantes.

Quadro 2 - População Urbana e Rural de Ribeira, 1991 a 2010.

MEIO	POPULAÇÃO (1991)	% DO TOTAL (1991)	POPULAÇÃO (2000)	% DO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO (2010)	% DO TOTAL (2010)
URBANO	1180	28,96	1006	28,69	1236	36,81
RURAL	2894	71,04	2501	71,31	2122	63,19

Fonte: PNUD, Censo do IBGE/2010. Dados trabalhados pelo autor.

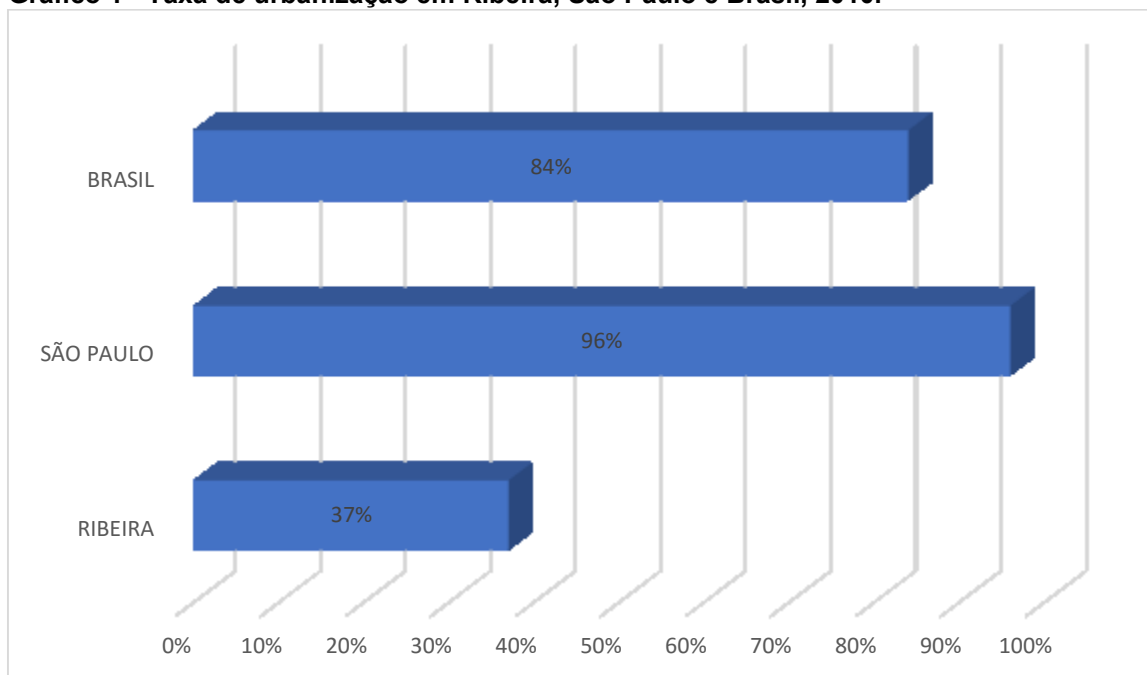
A evolução da população de Ribeira comparada ao estado e país, entre os anos de 1991 e 2010 é possível verificar na Quadro 3.

Quadro 3 - Evolução populacional comparado ao estado e ao país, de 1991 a 2010.

EVOLUÇÃO POPULACIONAL			
ANO	RIBEIRA	SÃO PAULO	BRASIL
1991	7336	31.588.925	146.825.475
1996	3663	33.844.339	156.032.944
2000	3507	37.032.403	169.799.170
2007	3444	39.827.570	183.987.291
2010	3358	41.262.199	190.755.799

Fonte: PNUD, Censo do IBGE/2010. Dados trabalhados pelo autor.

O grau de urbanização no Município foi de 37% no último censo, esse índice esteve muito abaixo da média do Estado, que foi de 96%, e da média nacional, de 84%. O Gráfico 1 ilustra esse comparativo. O Município de Ribeira, portanto, está muito abaixo da média de seus vizinhos e da média nacional no que se refere à urbanização.

Gráfico 1 - Taxa de urbanização em Ribeira, São Paulo e Brasil, 2010.

Fonte: IBGE/2010. Dados trabalhados pelo autor.

3.1.2 Densidade Demográfica

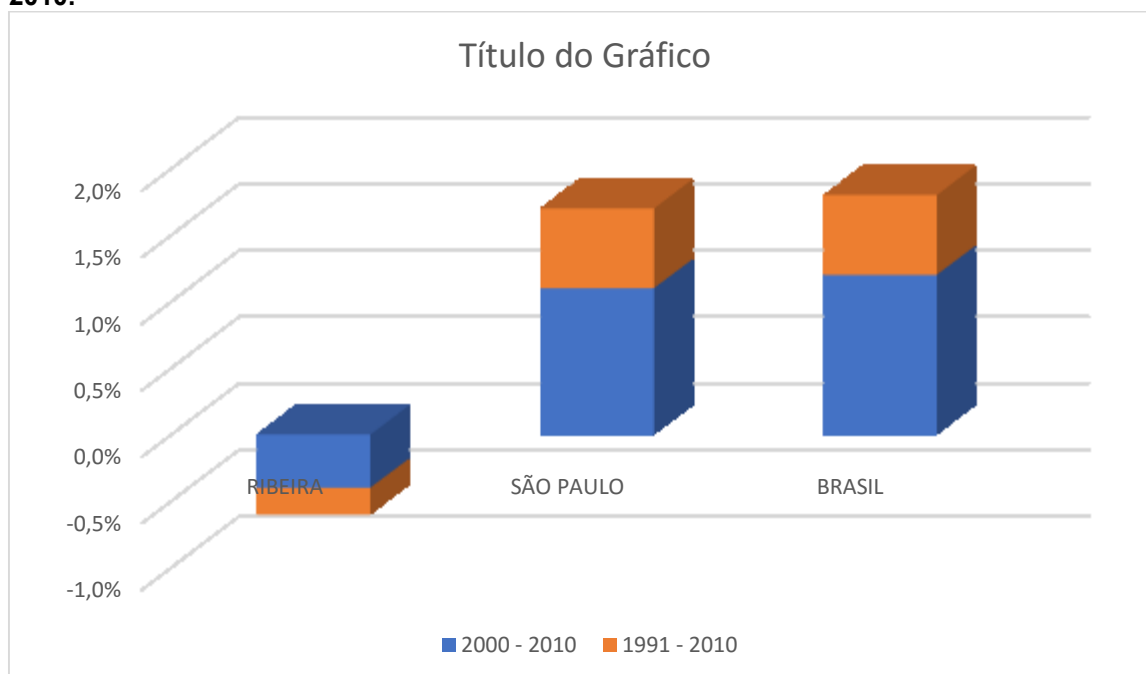
Baseado nas estimativas populacionais para 2010, Ribeira possui densidade demográfica de 10,00 hab./km², conforme demonstra o gráfico a seguir. Esse índice está muito abaixo da média do Estado, que é de 166,25 hab./Km², assim como da média do Brasil que é 22,43 hab./km². A densidade registrada no município de Ribeira, portanto, é cerca de 6% da densidade média registrada nos municípios de São Paulo.

3.1.3 Taxa Média de Crescimento da População

Entre 2000 e 2010, a população de Ribeira teve uma taxa média de diminuição anual de 0,4%, ou seja, o crescimento da população foi de -0,4% ao ano na última década. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,2%, com a população caindo para quase metade da população em 1991, conforme apresentado no Gráfico 2. No Estado, essas taxas foram de 1,1% entre 2000

e 2010 e 0,6% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,2% entre 2000 e 2010 e 0,6% entre 1991 e 2000 (CENSO IBGE 2010).

Gráfico 2 - Taxa de Crescimento médio total anual da população de Ribeira, no período 1991 a 2010.



Fonte: Resultados com base em dados do IBGE - apoiados no Censo Demográfico 2010 e trabalhados pelo autor.

3.1.4 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O IDH-M é uma síntese de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Cada uma dessas dimensões é avaliada por um sub-índice específico, e o IDH-M é calculado a partir da média aritmética desses três sub-índices.

A dimensão educação é a única avaliada por dois indicadores: Taxa bruta de frequência à escola e taxa de alfabetização. A dimensão longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer, e a dimensão renda pela renda domiciliar per capita.

- O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M varia no intervalo de 0 a 1, sendo que mais próximo de 1, significa maior desenvolvimento. O índice é ainda uma média aritmética de três outros indicadores:

- Indicador econômico: considera o produto interno bruto - PIB per capita em dólar PPC - paridade do poder de compra;
- Indicador de saúde: analisa a expectativa de vida ao nascer;
- Indicador de educação: avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Deste modo, realizou-se um estudo de desempenho do município nos últimos anos frente à evolução de seus indicadores de desenvolvimento humano, suas ações no campo de saúde e da educação, e da condição dos domicílios.

A caracterização da qualidade de vida do município apoiou-se no uso de indicadores reconhecidos e amplamente utilizados, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Mundial – IFDM e o Índice de Desenvolvimento Familiar. Em ambos os casos, foram avaliados aspectos relacionados à educação, longevidade, emprego e renda, acesso ao trabalho, condições habitacionais e outras variáveis que integram alguns dos indicadores de desenvolvimento humano mencionados.

A variação metodológica, bem como o distanciamento do período de publicação destes indicadores aponta diferenças, sobretudo na classificação do município, especialmente quando se estabelece comparativos entre os indicadores.

O último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ribeira é de 0,698. O Município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,216), seguida por Longevidade e por Renda, respectivamente. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos também foi Educação (com crescimento de 0,463), seguida por Longevidade e Renda, conforme demonstrado na Quadro 4.

Quadro 4 - IDHM no Município de Ribeira, 1991 - 2010.

ÍNDICE	1991	2000	2010
IDH-M	0,416	0,574	0,698
IDH-M Renda	0,536	0,581	0,635
IDH-M Longevidade	0,64	0,711	0,797
IDH-M Educação	0,21	0,457	0,673

Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pelo autor.

O IDHM de Ribeira cresceu 38% de 2000 para 2010. Na década anterior esse crescimento foi de 22%. Sendo assim o município teve um incremento no seu IDHM

de 68% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 29,11% entre 2000 e 2010.

3.1.5 Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

Conforme a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS foi implantado no Estado de São Paulo para ser um instrumento de gestão, sistematizado e periódico, capaz de subsidiar políticas públicas e monitorar seus impactos no território do Estado. O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo pressupõe que a renda per capita é insuficiente como único indicador das condições de vida de uma população e propõe a inclusão de outras dimensões necessárias a sua mensuração. Assim, além da renda per capita, o IDH incorpora a longevidade e a escolaridade, adicionando as condições de saúde e de educação das populações em um indicador mais abrangente de suas condições de vida.

Assentadas nesse paradigma, a Fundação Seade e a ALESP decidiram construir para o Estado de São Paulo um indicador que preservasse as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, mas com certas especificidades que permitissem acompanhar de forma adequada a evolução socioeconômica dos municípios paulistas (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014).

Com essa orientação, compôs-se o IPRS de quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645 municípios do Estado segundo cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três eixos considerados, de forma multidimensional (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014).

Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que são expressos em escala de 0 a 100 e constituem uma combinação

linear das variáveis selecionadas em cada tema. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis. Os 645 municípios do Estado de São Paulo são classificados em cinco grupos com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014).

Grupo 1: reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. A maioria deles localiza-se ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (rodovias Anhanguera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo (IPRS, 2014).

Grupo 2: engloba localidades com bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados para os municípios pertencentes ao Grupo 1 (IPRS, 2014).

Grupo 3: municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado por pequenos e médios municípios (IPRS, 2014).

Grupo 4: com 206 municípios e pouco mais de 4 milhões de habitantes em 2012, esse grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade (IPRS, 2014).

Grupo 5: composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade, esse grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais (IPRS, 2014).

O município de Ribeira esteve entre os dez municípios com os piores desempenhos no escore de riqueza municipal. Ribeira, que em 2010 pertencia ao Grupo 5, registrou avanço na área social e foi classificado em 2012 no Grupo 4, que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza e com deficiência em um dos indicadores, longevidade ou escolaridade (IPRS, 2014).

No âmbito do IPRS, o município registrou avanços nos indicadores agregados de riqueza e longevidade, em oposição à queda do indicador de escolaridade. Em termos de dimensões sociais, os níveis de longevidade e de escolaridade estão abaixo da média do Estado.

3.1.6 Legislação e Instrumentos de Planejamento

Quanto à legislação urbanística e os instrumentos de planejamento do Município, pode-se destacar:

- Lei Municipal nº 475, de 27 de Dezembro de 2012: que altera a área urbana do Município e dá outras providências. Esta Lei altera a Lei 216/1997.
- Lei Municipal nº 216 de 11 de março de 1997 que delimita o perímetro urbano da cidade de Ribeira.
- Lei Municipal nº 261 de 15 de dezembro de 2000: que autoriza o chefe do Poder Executivo a criar o Distrito no Bairro Saltinho, no Município de Ribeira/SP.
- Lei nº 286 de 14 de dezembro de 2001: Que institui o Código de Posturas do Município. Dispõe sobre a higiene, segurança, ordem e bem-estar coletivo, horário de funcionamento de estabelecimentos e dá outras providências.
- Lei nº 474 de 27 de dezembro de 2012: que autoriza o município de Ribeira a promover a regularização fundiária de assentamentos irregulares e dá outras providências.

3.1.7 Aspectos Ambientais

Esta etapa apresenta caracterização quanto à geologia, ao relevo, aos solos, ao clima, recursos hídricos, vegetação, entre outros aspectos que permitem entender o contexto ambiental do município.

3.1.7.1 Clima

O município de Ribeira possui uma classificação de clima considerável quente e temperado. Conforme dados do IBGE - 2002, o clima do município está dividido entre Temperado, mesotérmico brando e Temperado, subquente, conforme observado na Figura 2. Em Ribeira existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. A precipitação mínima anual é igual a 1250mm e a máxima 1500mm, (Figura 3).

A temperatura média anual é 22.3°C, sendo Fevereiro considerado o mês mais quente, com temperatura média de 26.5°C e Julho o mês com as temperaturas mais baixas, com média de 17.4°C (Quadro 5). A classificação das temperaturas em Ribeira encontra-se na Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

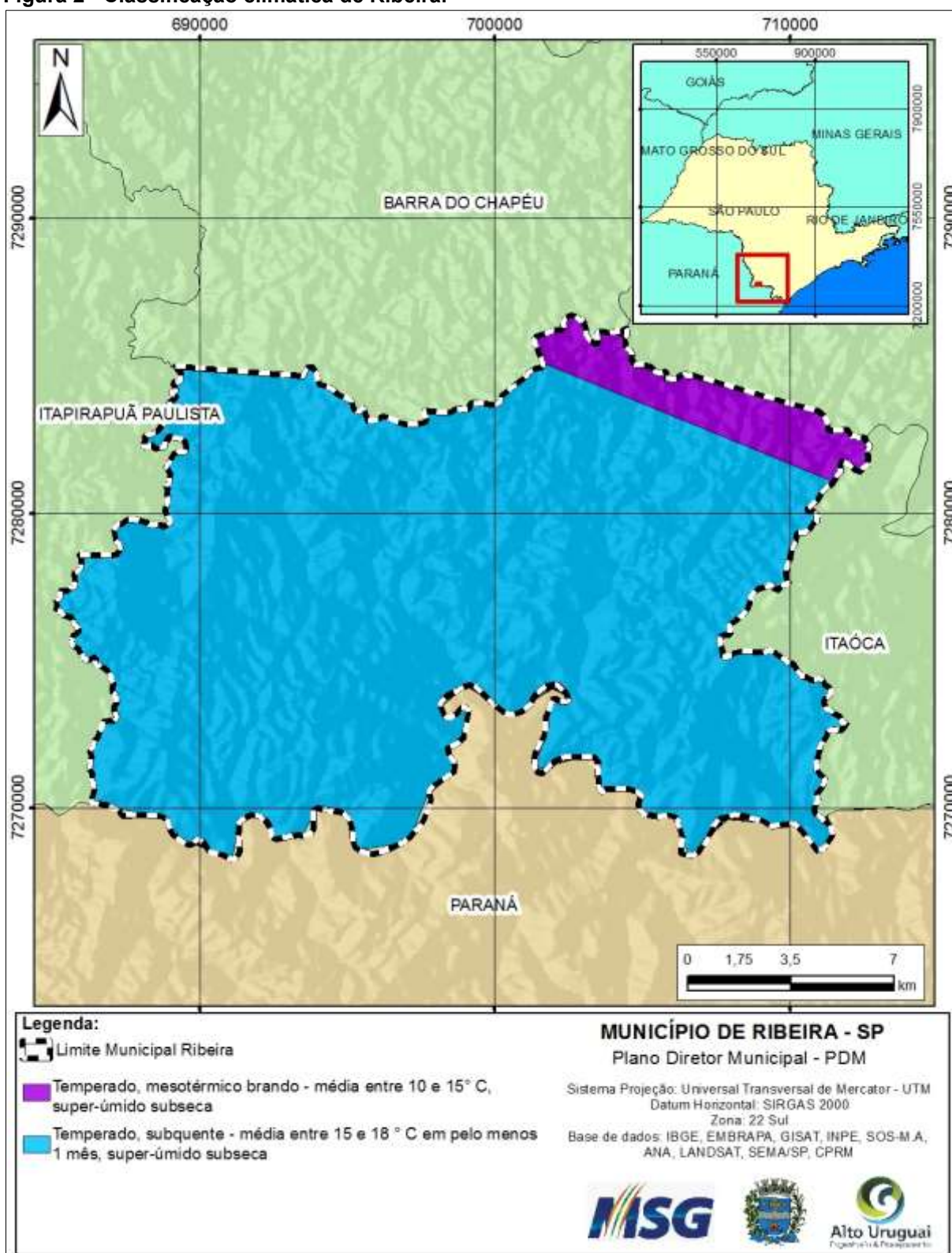
Figura 4.

Quadro 5 - Climatologia de Ribeira.

Mês	Temperatura mínima (°C)	Temperatura máxima (°C)	Temperatura média (°C)	Precipitação (mm)
Janeiro	21.3	31.6	26.4	186
Fevereiro	21.5	31.5	26.5	166
Março	20.1	30.3	25.2	123
Abril	17.1	27.6	22.3	85
Maio	13.4	24.6	19	67
Junho	11.9	23.3	17.6	90
Julho	11.4	23.5	17.4	63
Agosto	13.1	25.2	19.1	51
Setembro	15.3	26.3	20.8	84
Outubro	17.7	28.2	22.9	137
Novembro	19.3	30.1	24.7	106
Dezembro	20.1	31	25.5	154

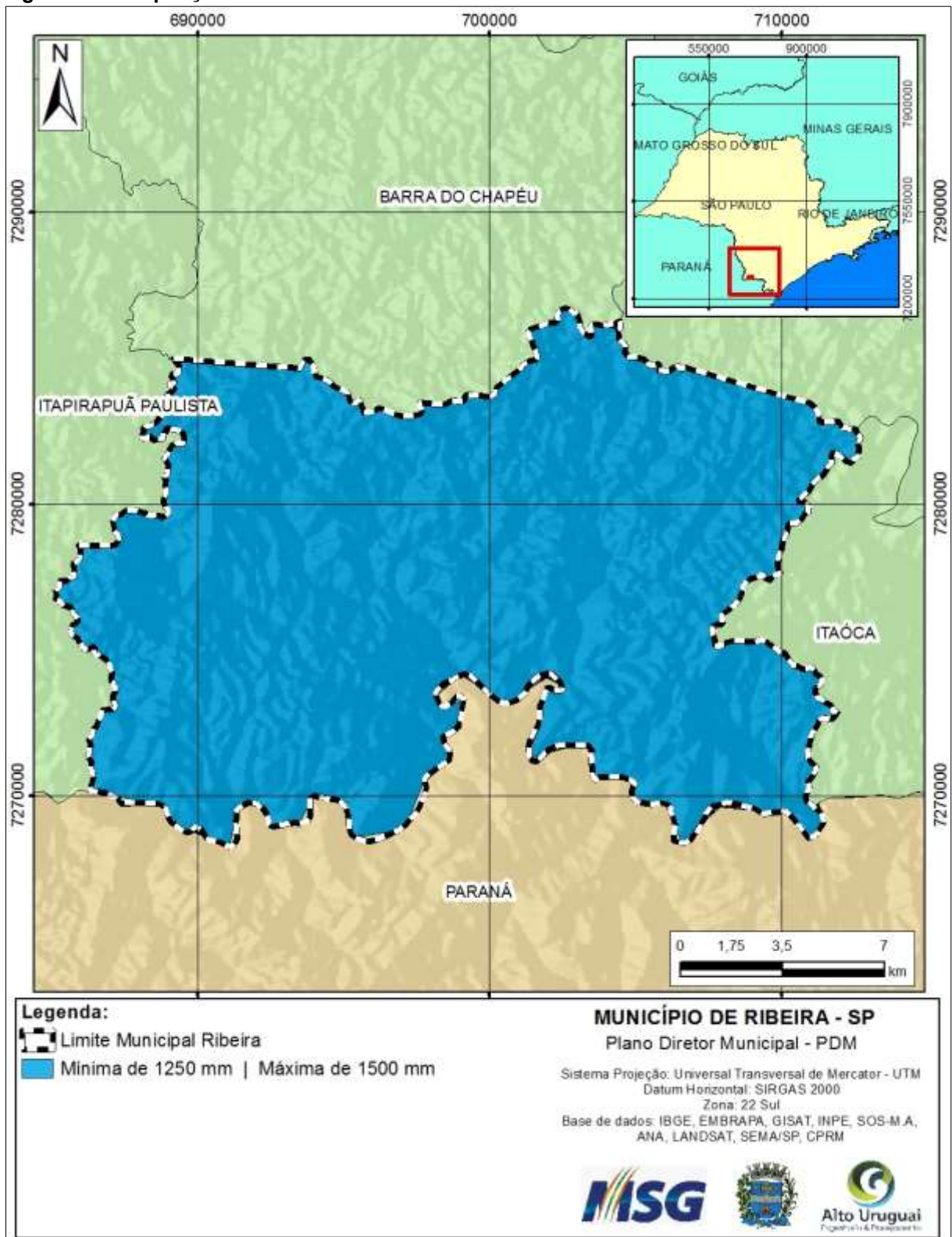
Fonte: Climate-data.org, 2017. Dados trabalhados pelo autor.

Figura 2 - Classificação climática de Ribeira.



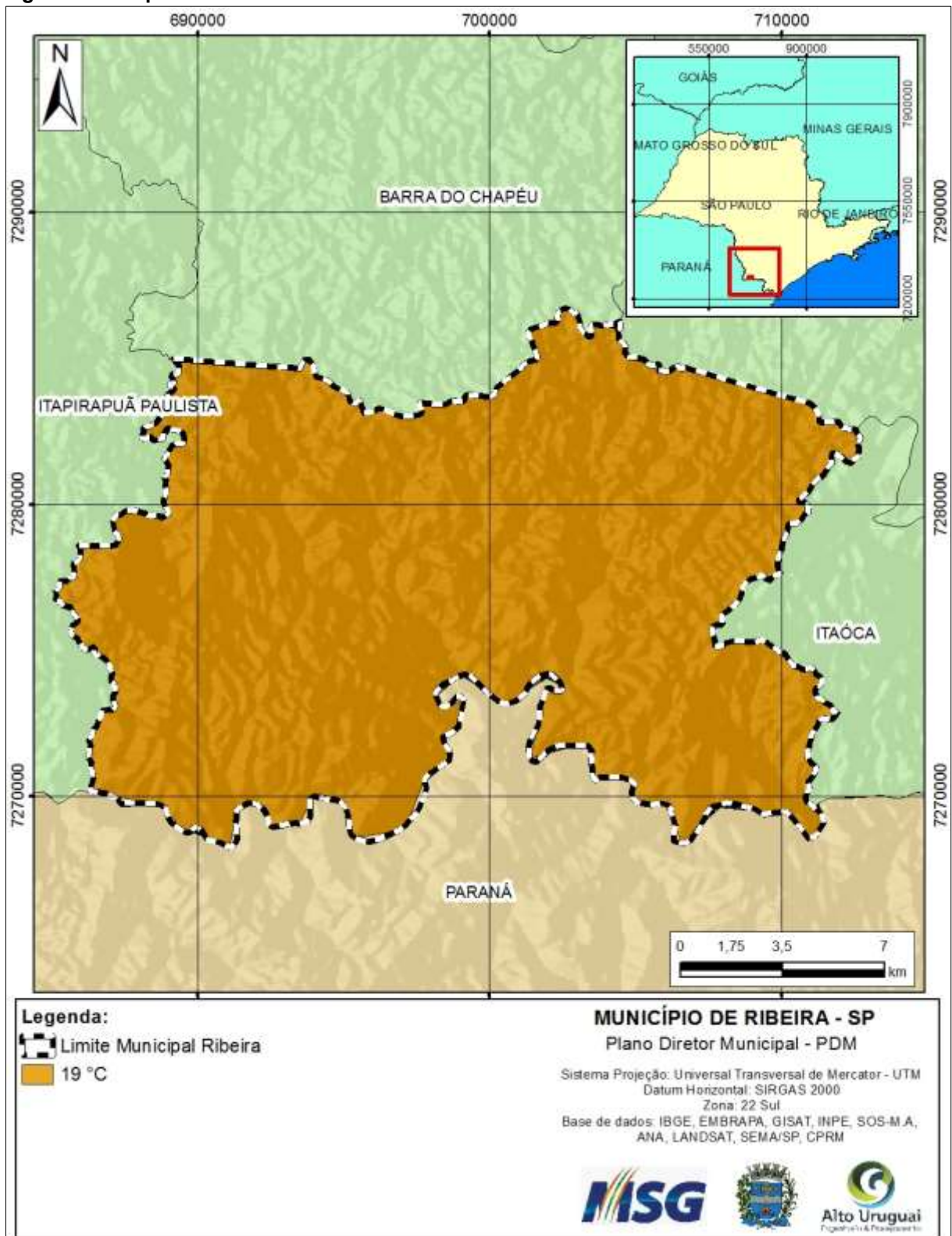
Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 3 - Precipitação de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 4 - Temperatura em Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

3.1.7.2 Recursos Hídricos

O Brasil apresenta 12 grandes bacias hidrográficas estabelecidas pelo IBGE e Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O município de Ribeira está situado no território da Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, essa região possui 229.972 km² e abrange áreas dos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Essa região hidrográfica é caracterizada pelo alto contingente populacional, ultrapassando os 13.000 hab/km². Nela, estão presentes as regiões mais industrializadas do Brasil.

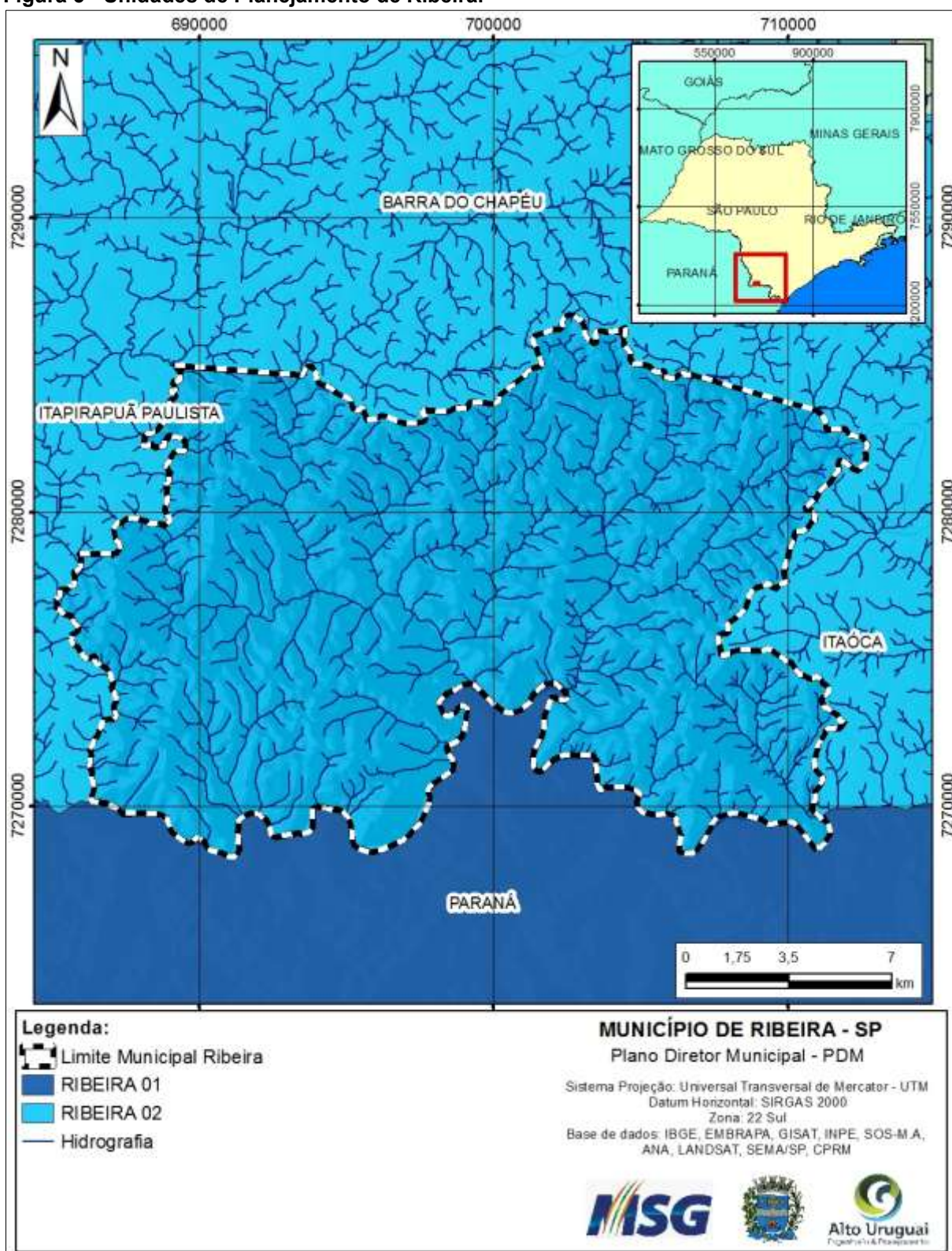
O território municipal está inserido na região de planejamento: Ribeira 02 (Figura 5). Ribeira está inserido na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Ribeira do Iguape/Litoral Sul - UGRHI 11.

Os principais cursos d'água, além do próprio Rio Ribeira de Iguape, são os seus afluentes: Rio Juquiá, São Lourenço, Jacupiranga, Pardo, Turvo, Uma da Aldeia, Ponta Grossa e Itariri. (PMSB, 2010).

O principal rio do município é Ribeira do Iguape, ele nasce no Paraná e somente passa a ser denominado Ribeira de Iguape após a confluência com seu principal afluente, o Rio Juquiá. De acordo com a Lei Estadual nº 997 de 31 de maio de 1976, o Rio Ribeira de Iguape, está enquadrado na Classe 2. Essa lei dispõe sobre a prevenção e o controle de poluição do meio ambiente, cuja regulamentação foi efetuada através do Decreto Estadual nº 8468 de 8 de setembro de 1976. As águas de classe 2 são destinadas ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional, à irrigação de hortaliças ou plantas frutíferas e à recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho).

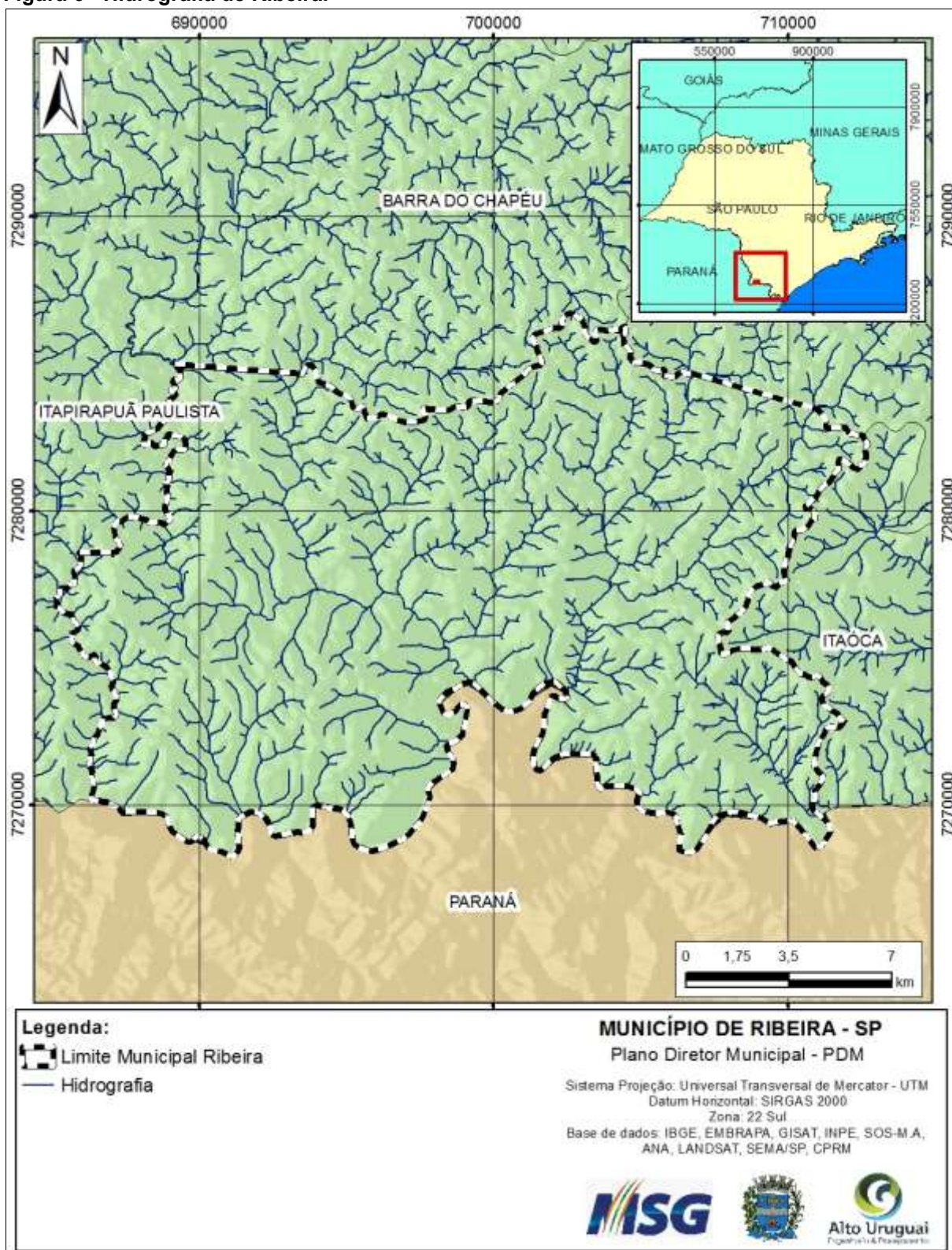
As unidades de planejamento do município podem ser visualizadas na Figura 5 e sua hidrografia na Figura 6.

Figura 5 - Unidades de Planejamento de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 6 - Hidrografia de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

3.1.7.3 Relevo do Solo

A pedologia do município de Ribeira, em seu contexto geral, apresenta os tipos de solo: Cambissolos, Latossolos, Neossolos e Argissolos, conforme EMBRAPA SOLOS (2011).

Predominam cambissolos, também ocorrendo solos podzólicos, latossolos e solos litólicos, todos eles, associados com a alta declividade, não favorecem a ocupação agrícola, que ocorre esporadicamente nos fundos de vale, que abriga até pequenas cidades, como Itaoca, Adrianópolis e Cerro Azul. A classificação dos tipos de solos de Ribeira encontra-se na Figura 7.

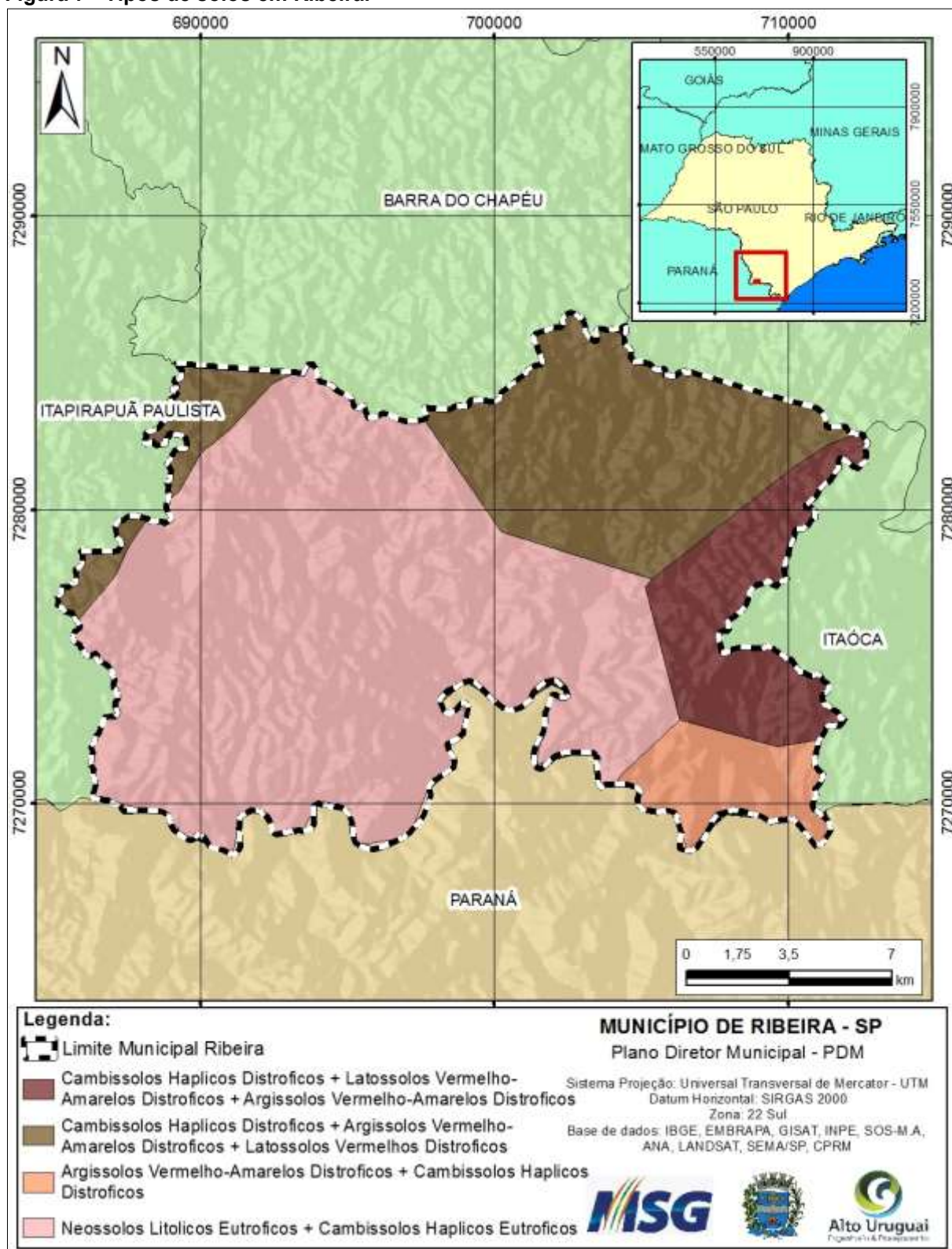
Ainda sobre a geologia do município, pode-se verificar que a predominância em Ribeira são rochas gnáissicas de origem magmática e/ou sedimentar de médio grau metamórfico e rochas magmáticas de composição félsica e máfica, conforme apresentado na Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 8.

O município de Ribeira, segundo IBGE, está incluso no Planalto de Paranapiacaba (Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

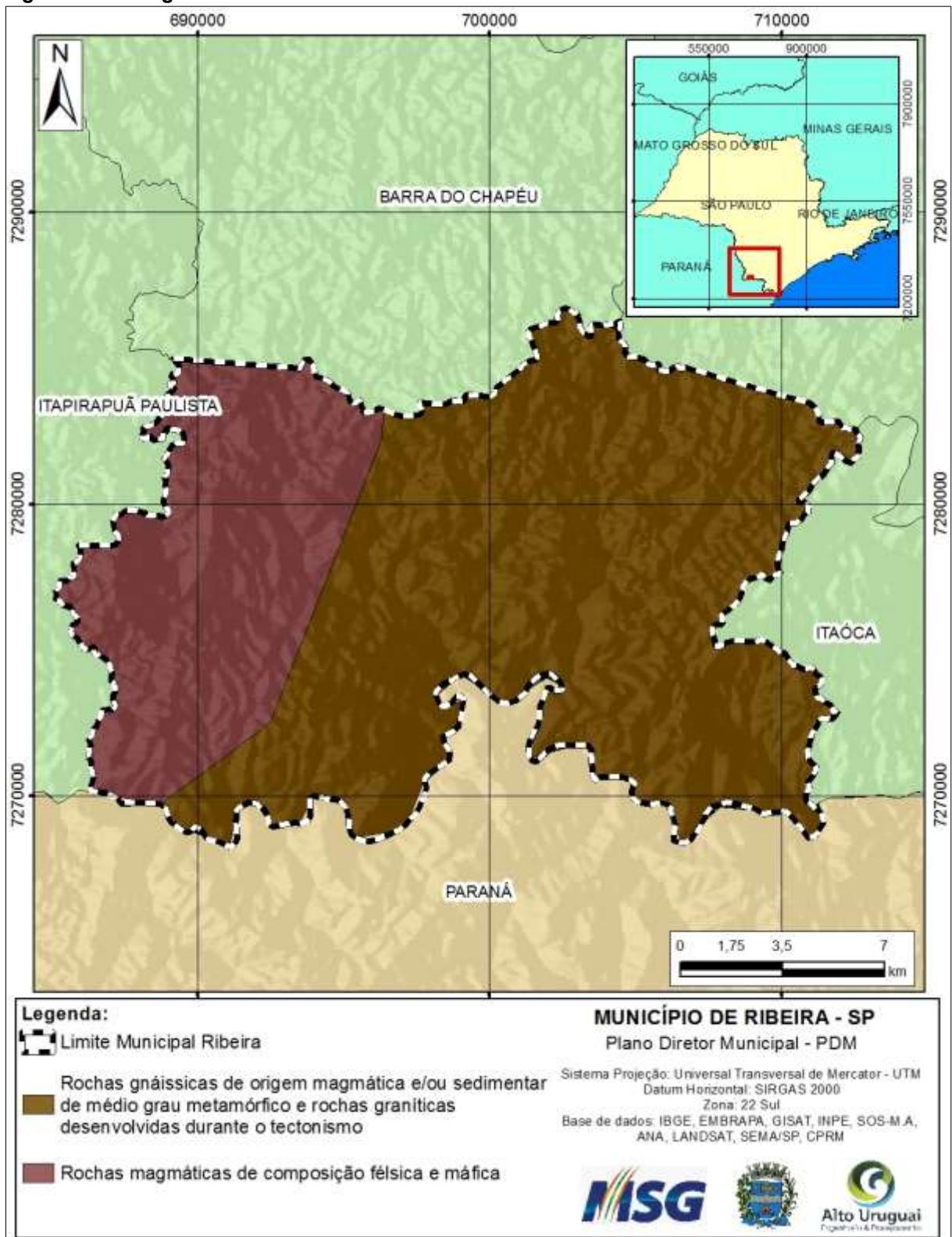
Figura 9). O mesmo possui relevo de morros baixos, com declividade de 20% à 30% e altitudes de 700m a 800m.

Figura 7 - Tipos de solos em Ribeira.



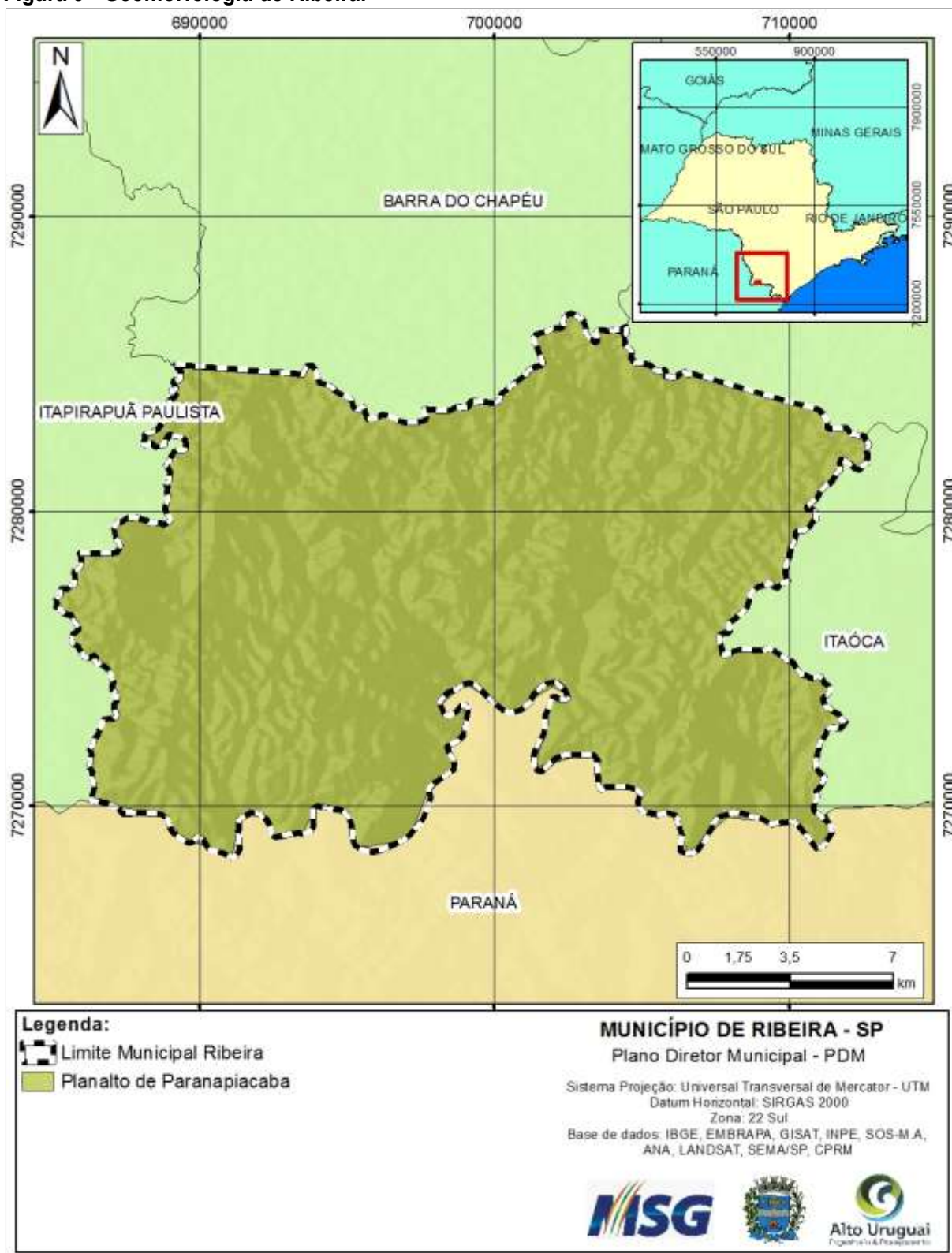
Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 8 - Geologia de Ribeira.



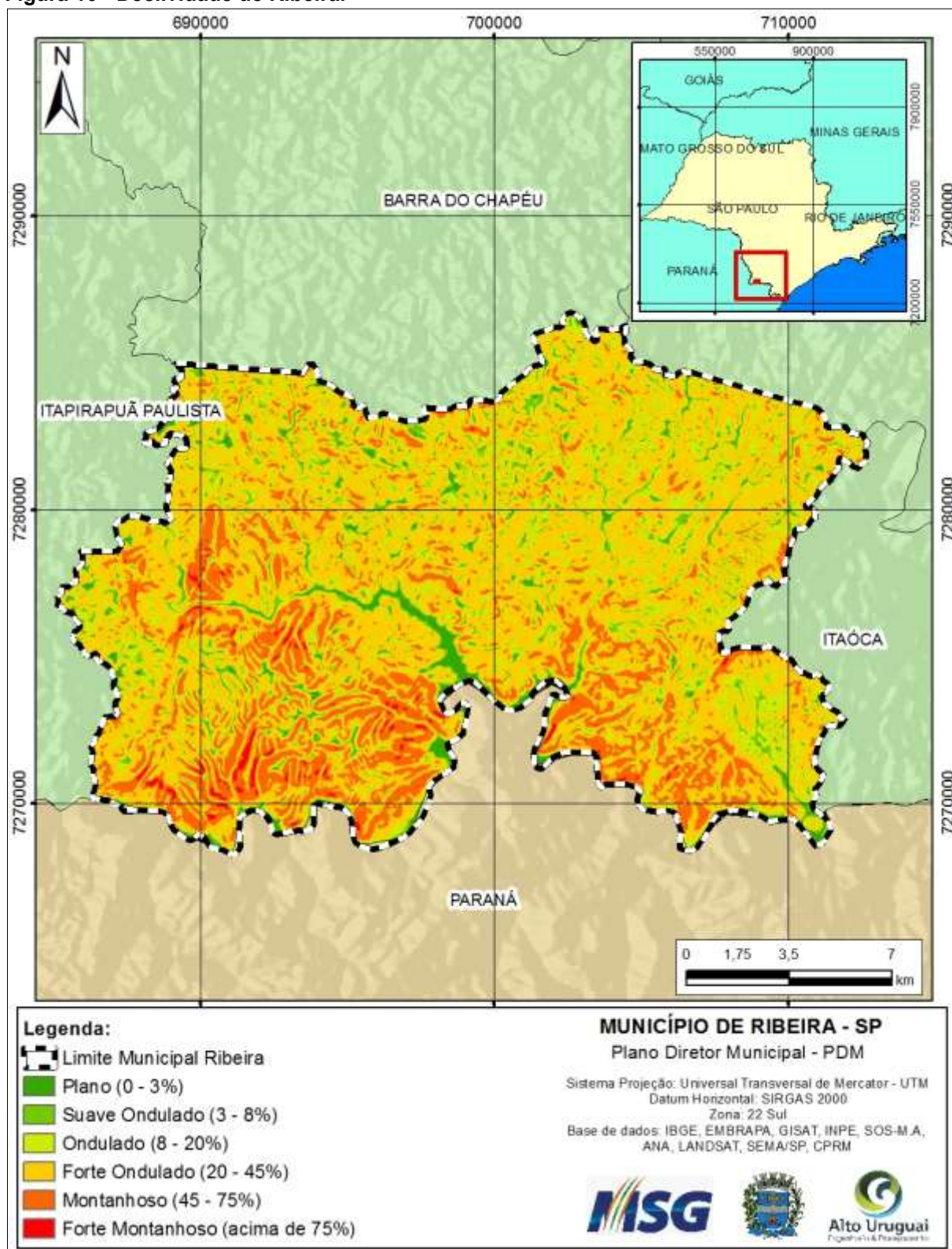
Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 9 - Geomorfologia de Ribeira.



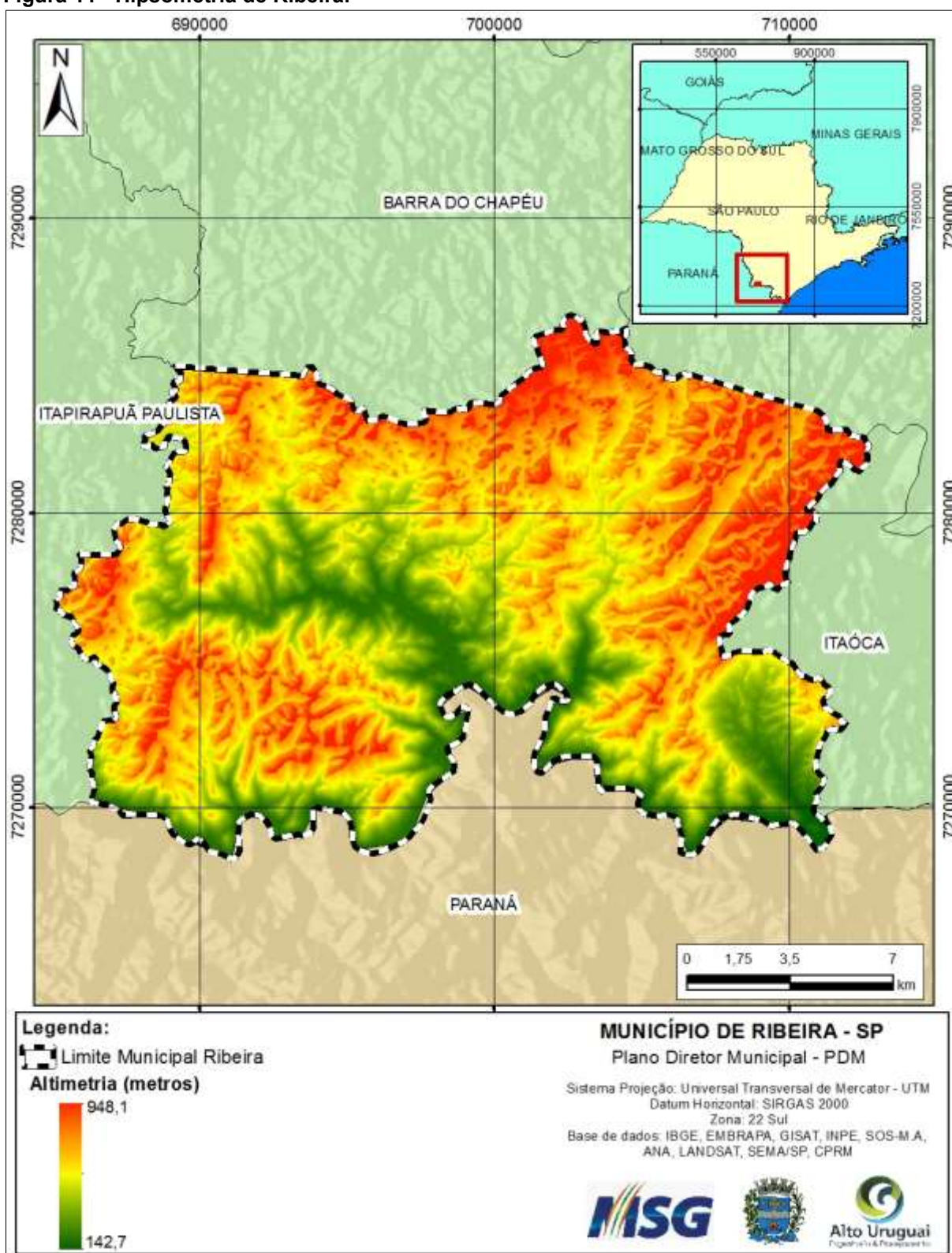
Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 10 - Declividade de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 11 - Hipsometria de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

3.1.7.4 Vegetação

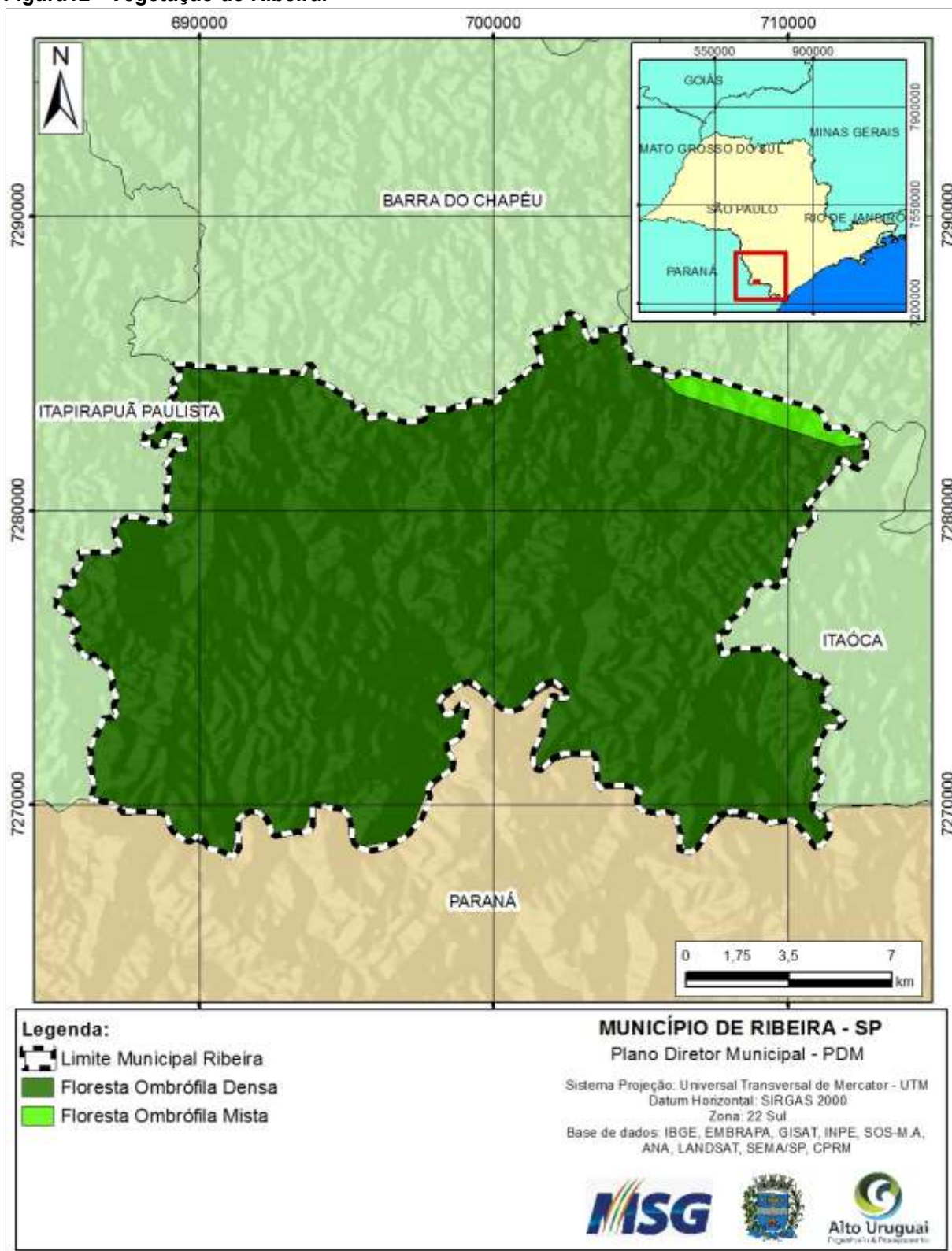
O Estado de São Paulo possui em seu território basicamente três tipos distintos de cobertura vegetal, o litoral é representado pelo mangue, além da Mata Atlântica na Serra do Mar e nas outras partes do território predominam florestas tropicais (FRANCISCO, 2017).

A maior parte do município de Ribeira é representado pela Floresta Ombrófila Densa. Além dessa, encontra-se uma pequena parcela da Floresta Ombrófila Mista, conforme Figura 12. A Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta das Araucárias, ocorre normalmente em altitudes elevadas e a incidência de chuva é grande. Encontrado no Brasil principalmente nos estados de Santa Catarina e Paraná, faz parte do bioma mata atlântica (MMA, 2009).

A Floresta Ombrófila Densa é caracterizada pela vegetação de folhas largas e perenes e por chuvas abundantes e frequente. Está presente nos biomas Mata Atlântica e Amazônia (MMA, 2009).

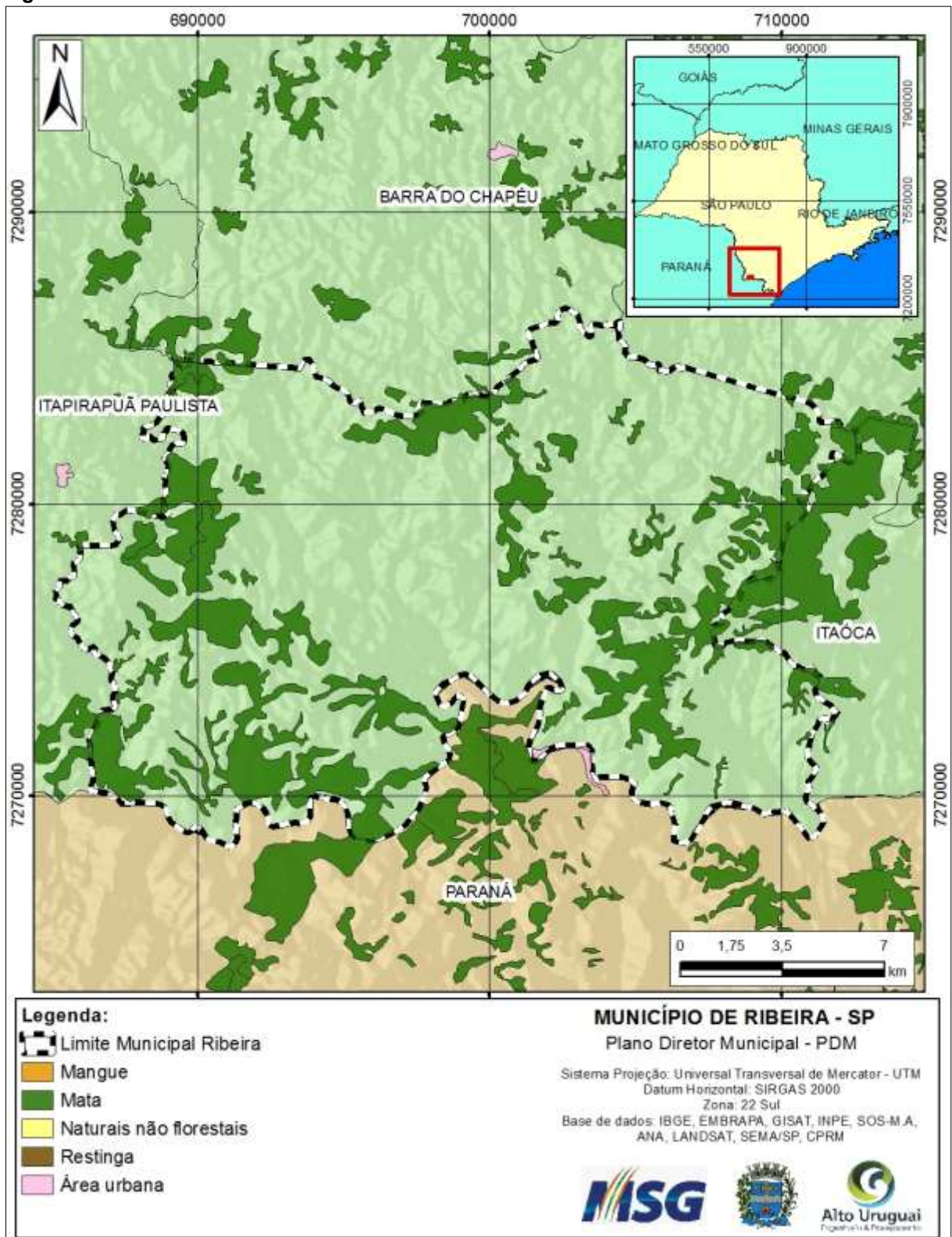
Em Ribeira, os remanescentes florestais são de floresta bem conservada, com baixo índice de interferência do homem. São encontrados remanescentes contínuos de Mata Atlântica, representados pela Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Mista, sendo uma área de transição.

Figura12 - Vegetação de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

Figura 13 - Remanescentes florestais de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

3.1.7.5 Uso e Ocupação do Solo

O uso e ocupação do solo pode ser compreendido como a forma que o território municipal é ocupado pelo homem. Informações referentes ao uso da terra podem servir de ferramenta na gestão de problemas relacionados aos recursos naturais, como por exemplo a interferência do clima e da qualidade das águas.

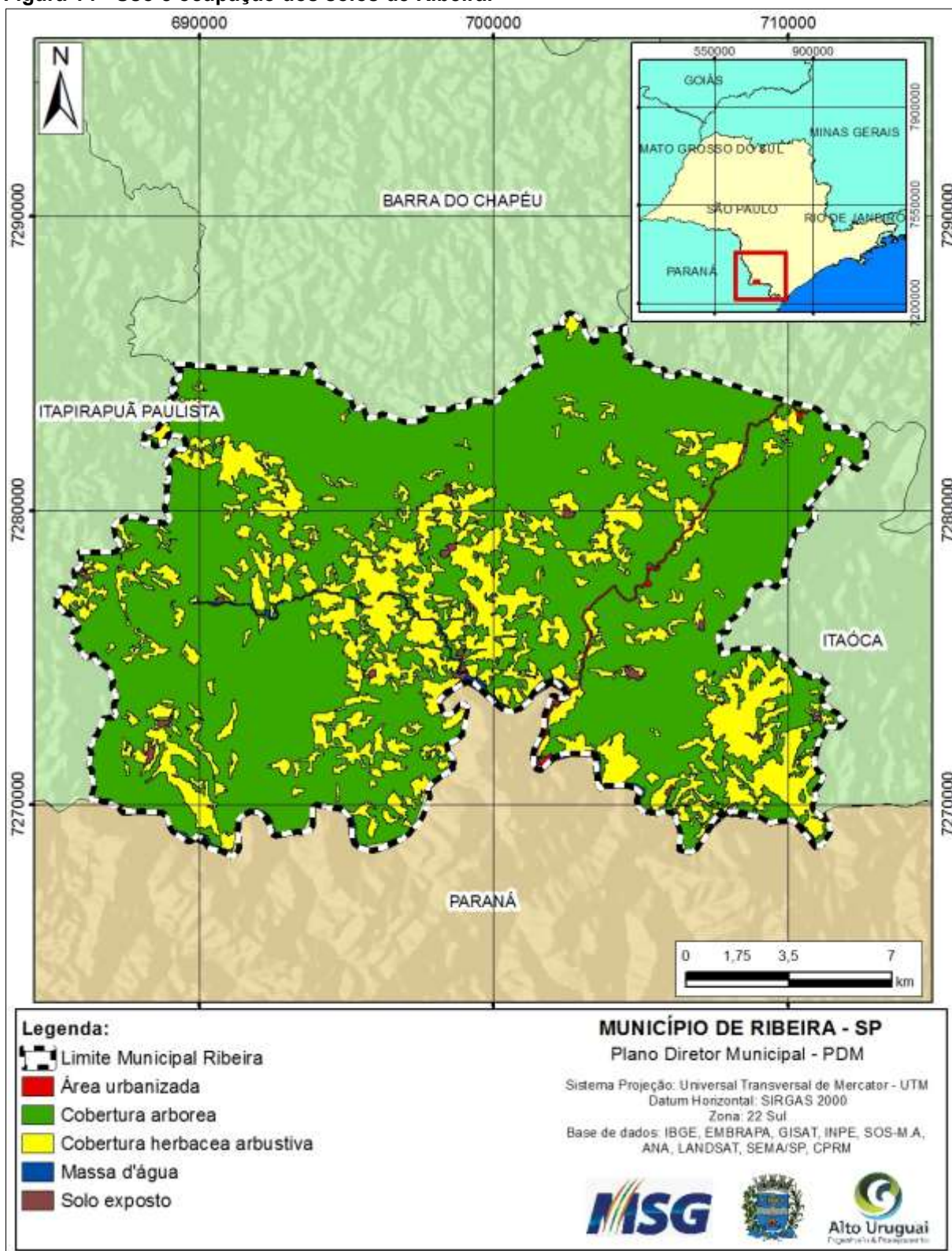
Conforme informações do IBGE, o município de Ribeira conta com apenas uma única área urbana, correspondente à sede do município.

Das informações apuradas para uso e ocupação do solo de Ribeira, foi possível trabalhar com 05 classificações, são elas:

- Área Urbanizada;
- Cobertura arbórea;
- Cobertura herbácea arbustiva;
- Massa d'água;
- Solo exposto.

Ao concluir a classificação (Figura 14), nota-se que a cobertura arbórea é a que se destacou mais no território municipal, seguido da cobertura herbácea arbustiva e solo exposto.

Figura 14 - Uso e ocupação dos solos de Ribeira.



Fonte: Alto Uruguai Engenharia, 2018.

3.2 TIPO DE PESQUISA

O estudo em questão apresenta-se classificado como exploratório, uma vez que busca as ideias e sentimentos da população de Ribeira e apoia a participação social no processo de planejamento do município.

Conforme Gil (2002), devido ao fato do objetivo principal estar voltado a elaborar um diagnóstico preliminar da situação atual da ocupação e ordenamento territorial do município de Ribeira/SP, esta pesquisa leva a tipologia intitulada como “levantamento”, ou seja, quando o trabalho compreende leituras comunitárias e através dos resultados, caracteriza-se o planejamento propriamente dito. Este tipo de levantamento é feito por amostragem.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A oficina comunitária foi realizada no dia 07/11/2017 às 19h00 tendo como local a Câmara de Vereadores do Município de Ribeira. Com intuito de coletar as mais diversas informações referentes ao planejamento territorial de Ribeira. O convite foi estendido à população em geral. A divulgação ocorreu através de rádio, redes sociais e ofícios emitidos para convidar as entidades. Mesmo com toda a mobilização social trabalhada, a oficina contou com a presença de 19 munícipes. A falta de interesse da população em participar destes eventos onde são discutidos elementos e diretrizes para trabalhar o futuro do município é um dos principais problemas do Brasil.

Figura 15 – Fotos da Oficina Comunitária realizada em Ribeira - SP.



Fonte: Autor da pesquisa, 2017.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A metodologia adotada na análise e sistematização do Diagnóstico do Cenário Atual é a CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida na Alemanha, aferida em diversos países, adotada como padrão pelos organismos das Nações Unidas (ALTO URUGUAI, 2014).

A sistemática CDP representa uma metodologia de ordenação dos dados levantados que possibilitará sua análise de forma sistematizada e compreensível, de fácil visualização. Através deste método, uma visão sintética será extremamente eficaz para a definição de estratégias do planejamento (ALTO URUGUAI, 2014).

Na adoção da metodologia CDP, os dados levantados foram classificados em três categorias:

- Condicionantes;
- Deficiências;
- Potencialidades.

Ela pode orientar o planejamento territorial e todas as fases do processo, baseando-se nos critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos e de controle de resultados, evitando, com isto, os erros de uma simples eliminação de deficiência. A classificação dos elementos da estrutura municipal, segundo Condicionantes/Deficiências/Potencialidades, atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade, isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade. (ALTO URUGUAI, 2014).

3.2.1 Condicionantes

Consistem em elementos existentes no ambiente urbano, natural ou construído, além de planos e decisões já instituídos, com consequências futuras no ambiente físico ou na estrutura urbana e rural, que determinam a ocupação e o uso do espaço municipal, e que pelas suas características e implicações devem ser levados em conta no planejamento. Figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades, como por exemplo: rios, morros, vales, o patrimônio histórico e cultural, sistema viário, leis e outros.

3.1.2 Deficiências

São elementos ou situações de caráter negativo que significam estrangulamentos na qualidade de vida das pessoas e dificultam o desenvolvimento do Município. Devem ser solucionados através de ações ou políticas que provoquem as mudanças desejadas.

As Deficiências podem ter as seguintes características:

- Natural: rios e córregos poluídos, desmatamentos, vales inaproveitáveis, etc.
- Técnica: carência ou inadequação de equipamentos ou da infraestrutura existente, sistema viário, etc.
- Cultural: patrimônios históricos degradados, etc.

- Social: não amparo às classes menos favorecidas, desemprego, analfabetismo, falta de cursos profissionalizantes, etc.
- Legal: deficiência, inadequação ou não obediência de legislação urbanística, ocupações irregulares, etc.
- Financeira: baixo poder aquisitivo, etc.
- Administrativo: excesso de burocracia nos procedimentos administrativos, falta de fiscalização, deficiência na execução e no controle das ações administrativas, etc.
- Econômico: baixa produtividade, elevado custo de manutenção, etc.

3.1.3 Potencialidades

São aspectos positivos existentes no Município que devem ser explorados ou otimizados, resultando em melhoria da qualidade de vida da população.

As Potencialidades podem ter as seguintes características:

Natural: áreas adequadas à urbanização, áreas com potencial de implantação de equipamentos de lazer, turístico ou paisagístico, etc.

- Técnica: infraestrutura e equipamentos existentes ou com capacidade ociosa, etc.
- Cultural: utilização ou otimização do uso de prédios históricos, preservação dos prédios históricos ou dos elementos culturais do Município, etc.
- Social: política social integrada, parcerias, aproveitamento de iniciativas comunitárias, etc.
- Legal: terrenos públicos disponíveis, etc.
- Financeiro: aumento da eficiência fazendária na arrecadação municipal, capacidade de endividamento não utilizada, parcerias, etc.
- Administrativo: ações administrativas no sentido de desburocratizar a máquina pública, aumentando sua eficiência com menor custo, etc.
- Econômico: localização estratégica, recursos naturais possíveis, polo de abrangência, recursos humanos existentes e potenciais (universidades e escolas técnicas), etc.

A utilização da sistemática CDP possibilitará classificar todos os aspectos levantados nas leituras técnicas e comunitárias nestas três categorias, visando a identificar as ações prioritárias e tomadas de decisões.

3.5 ANÁLISES DOS DADOS

As informações coletadas na oficina participativa foram tabeladas para melhor visualização dos resultados (Quadro 6). Cabe ressaltar que a metodologia CDP, utilizada para a coleta de dados, foi adaptada devido ao baixo número de participantes. Esta adaptação se refere ao levantamento das informações, porém sem a definição das Condicionantes. Ainda, optou-se pela a criação de um formulário (Figura16) para que os membros da oficina trabalhassem com maior facilidade.

Figura16 - Formulário de participação.

O formulário é dividido em seções para coleta de dados. No topo, há uma barra com o texto "ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL | OFICINA COMUNITÁRIA". Abaixo, há dois campos de texto: "MUNICÍPIO:" e "GRUPO:". A seguir, há duas colunas principais: "POTENCIAIS" à esquerda e "DEFICIÊNCIAS" à direita. O formulário possui uma barra decorativa no topo com um padrão de quadrados em tons de azul e verde.

Fonte: Autor da pesquisa, 2017.

A população presentes foi dividida em dois grandes grupos e esses trabalharam as Deficiências e Potencialidades para os seguintes temas:

- Uso do espaço urbano;
- Habitação;
- Mobilidade e acessibilidade;
- Qualidade de vida;
- Cultura, lazer e turismo;
- Meio Ambiente e Sustentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização da Oficina Comunitária de Ribeira foi possível ter conhecimento da opinião pública a respeito dos temas de trabalho do Plano Diretor, complementando assim os dados técnicos obtidos. Foi notório o esclarecimento da população a respeito do papel do Plano Diretor para o município de Ribeira e a vontade de ser envolvida na construção desse instrumento para a cidade.

Devido à quantidade de participantes puderam ser formados dois grupos de trabalho, com três eixos de discussão para cada grupo, a divisão dos grupos se deu por sorteio.

Os grupos de trabalho e seus respectivos temas de discussão foram:

- Grupo 01 – Uso do Espaço Urbano (Eixo 1), Habitação (Eixo 2), Mobilidade e Acessibilidade (Eixo 3);
- Grupo 02 –, Qualidade de Vida (Eixo 4), Cultura, Lazer e Turismo (Eixo 5), Meio Ambiente e Sustentabilidade (Eixo 6).

Posteriormente ao preenchimento dos formulários houve a exposição das discussões pelo representante de cada grupo, bem como os resultados obtidos. Após a explanação dos representantes de cada grupo, questionamentos e contribuições foram dadas pelos demais presentes que se encontravam no outro grupo de debate

Os resultados trabalhados por cada grupo e compilados à metodologia apresentada encontram-se na Quadro 6.

Quadro 6 - Resultados CDP.

ASPECTOS	C	D	P	FATORES
AMBIENTAIS				Relevo de morros baixos.
				Tipo climático úmido.
				Município está inserido na Região de Planejamento Ribeira 02.
				O Município faz parte da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Ribeira do Iguape/Litoral Sul - UGRHI 11.
				Poucas áreas verdes urbanas.
				Urbanização excessiva da APP do Rio Ribeira do Iguape
				Ribeira sofre com as cheias do Rio Ribeira do Iguape
				Inexistência do Plano Municipal de Recursos Hídricos.
SANEAMENTO				A erosão tem se tornado um dos maiores problemas ambientais na região devido às características dos solos e ao manejo inadequado.
				O sistema de abastecimento de água apresenta baixo custo com energia elétrica.
				Falta de macro e micro medidores para um controle exato das perdas.
				Falta de água em alguns pontos da cidade e em alguns bairros por problemas técnicos
				Inexistência do Plano Diretor de Abastecimento de Água.
				Enchentes podem danificar a bomba localizada dentro do rio Ribeira do Iguape com o arrastamento de galhos, pedras, sedimentos, etc.
				Atualização do cadastro de ligações domiciliares afim de cobrança de tarifa.
				Inexistência de um completo e atualizado cadastro das redes coletoras de esgoto, através de mapas.
				Na área rural, há falta de assistência técnica para construção de fossas sépticas.
				Aterro Sanitário Interditado.
				Deficiência de programas de Educação Ambiental.
				Inexistência de um programa para aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos na área urbana.
				Pequeno número de funcionários para serviços de capina e roçagem.
				Problemas com alagamento das ruas, que dificulta a coleta em dias de chuva.
				Falta de controle dos resíduos dos grandes geradores.
				Estação de Transbordo em Área de Proteção Permanente.
				Falta de uma Associação/Cooperativa de catadores.
				Inexistência de um programa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis.
				O Município apresenta problemas com arborização urbana – falta de padronização e planejamento no plantio.
				Falta de sustentabilidade financeira para a gestão dos resíduos sólidos.
			Inexistência de um Sistema de Informações sobre Resíduos Sólidos.	
			Lixo colocado nas ruas fora de horário.	
			Impermeabilização dos solos pela pavimentação de vias, calçadas, telhados, pisos e pátios.	
			Frequentes cheias do Rio Ribeira do Iguape castigando o entorno de suas margens já dominadas pela ação do homem.	
			Falta de um arranjo institucional específicos para a gestão de drenagem e manejo de águas pluviais.	

			Falta de limpeza das tubulações e galerias de macrodrenagem.
			Ocupação de encostas, brejais, regiões muito próximas dos rios e córregos.
			Falta de um regulamento com procedimentos para projeto, construção, operação e manutenção do sistema de drenagem pluvial.
			Inexistência de um bom cadastro de redes pluviais.
			Falta de padronização e planejamento nos passeios públicos, passeios sem acessibilidade.
			Na área rural, levantou-se problemas com mau cheiro e poluição do ribeirão.
			Existência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (agosto de 2014).
			Existência do Plano Municipal de Saneamento Básico (novembro de 2010).
			Rio Ribeira do Iguape com grande vazão para faltar água na captação.
			Possibilidade de criação de um Arranjo Territorial com municípios vizinhos para a gestão dos resíduos.
REGIONAIS			Proximidade com a Curitiba (136 km).
			Localização em uma das regiões mais carentes do estado de São Paulo.
			Dependência intermunicipal, principalmente com Adrianópolis (PR) (3Km).
			A região apresenta grande potencial turístico.
SOCIOECONÔMICOS			Decréscimo populacional.
			Densidade demográfica de 10,00 hab./km ² .
			População predominantemente rural (63,19%)
			Maior parte da população está na idade ativa.
			Agricultura familiar se desenvolvendo.
			Entre 2000 e 2010, a razão de dependência diminuiu, porém, a taxa de envelhecimento aumentou.
			Necessidade de estruturação das associações de produtores.
			Falta de incentivos para o Turismo.
			Migração da população jovem à procura de maiores oportunidades em outros centros urbanos.
			Elevado nível de desemprego segundo opinião pública.
			Secretaria Municipal de Agricultura carece de investimentos e maquinários.
			Falta de planejamento para geração de emprego e renda.
			Alta representatividade do comércio.
			Aumento da população economicamente ativa.
			Índice de Gini diminuiu, menos desigualdade.
			Elaboração de Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável.
			Aumento do IDHM, sobretudo IDHM Educação.
			Comércio e serviços – Maior PIB.
			Crescimento da renda per capita.
		Ausência de programas de incentivo ao comércio.	
		Potencial de geração de renda com o turismo.	
SOCIOESPACIAIS			Ocupação não uniforme do território devido ao relevo acidentado.
			Ocupação urbana influenciada pelo relevo e hidrografia.
			As áreas de pastagem ocupam 6.579 hectares.
			Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal representam maioria dos estabelecimentos agropecuários (123 estabelecimentos e 2.943 hectares no total).

			Dificuldade para encontrar terrenos para construção de habitação de interesse social.
			Problema com o déficit habitacional.
			Vem apresentando ocupações em áreas de risco.
			Problemas com erosão.
			Ocupações irregulares nas margens do Rio Ribeira.
			Ocupações em áreas inundáveis.
			Deficiência de mecanismos e corpo técnico que impeçam a ocupação de áreas de risco.
			Ausência de definição de ZEIS.
INFRAESTRUTURA			Falta de padronização e planejamento nos passeios públicos, passeios sem acessibilidade.
			Problemas com falta de calçamento e conservação das estradas da área rural.
			Ausência de inclusão digital na área rural.
			Problemas com o fornecimento e qualidade da energia elétrica e iluminação pública na área rural.
			Problemas com identificação dos logradouros públicos.
			Ausência de Transporte Coletivo Regulamentado.
			Deficiência na sinalização do sistema viário.
			O Município apresenta problemas com arborização urbana – falta de padronização e planejamento no plantio.
			Falta de ciclovias.
			Estradas vicinais sem asfalto.
			Ausência de Terminal Rodoviário.
			Aumento acelerado da frota de automóveis, sem ampliação da estrutura viária na mesma proporção.
			Dependência de atendimento médico em municípios vizinhos.
			Deficiência estrutural em algumas unidades de saúde.
			Recursos humanos na área da saúde (médicos especialistas, recepcionistas e motoristas de ambulância) não atende toda a demanda.
			A maioria dos equipamentos de saúde ocupam imóveis alugados.
			Número de leitos de internação do SUS não atende toda a demanda.
			Instalações de ensino público necessitam de adequação para garantir acessibilidade.
			Necessidade de melhoria da remuneração do corpo docente.
			Falta de instituições de ensino superior.
			Não é oferecido transporte intermunicipal para alunos de ensino superior.
			Ausência de transporte público.
			A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência não é atendida nos equipamentos públicos.
			Pouco investimento do orçamento municipal em esportes.
			Necessidade de criação de uma Instituição de Longa Permanência para Idoso (ILPI).
			Necessidade de criar creches na área rural e urbana.
			Falta de áreas de lazer na área rural e na área urbana.
			Falta de investimentos e estruturação do turismo rural.
			Necessidade de ampliação na infraestrutura da segurança pública.
			Precariedade dos equipamentos de lazer.
		Necessidade de reforma nas praças do Centro Histórico.	
		Aumento de 3,65% da população com ensino superior completo em 20 anos.	

				Reformas, ampliações e construções de novas unidades de saúde.
				Aumento do IDEB nos últimos anos.
INSTITUCIONAL				Maior parte da receita municipal provém do ICMS e do ISS.
				Grande dependência de repasses de verbas estadual e federal.
				Baixo investimento da receita municipal no setor habitacional.
				Carência no corpo técnico de diversos setores, secretarias e departamentos da Prefeitura.
				Sector de fiscalização necessita de melhorias em sua estrutura física.
				Necessidade de verificar / atualizar legislações referentes à construção, aprovação de projetos, uso e ocupação do solo, aplicação de multas e regularização de imóveis.
				Aumento do ITBI nos últimos anos.
				Maior receita municipal dedicada à Saúde, conforme previsto em plano regional.
				Arrecadação de IPTU e ITR quase nula, devido à falta de regulamentação.
				Ausência de destinação da receita municipal à reserva do RPPS e contingência.

Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Observa-se que o número de deficiências em diferentes eixos é sempre maior. O objetivo da metodologia é subsidiar a tomada de decisões para a solução de cada um dos problemas apresentados. Observam-se os seguintes dados:

- 17 Condicionantes;
- 89 Deficiências;
- 18 Potencialidades.

Em termos de porcentagem, as condicionantes representam 13,70% das informações coletadas. Já as deficiências carregam a maior carga de necessidades apresentadas pelos presentes, sendo representada em 71,78%. Por fim, as potencialidades identificadas para o município de Ribeira representam 14,52%.

Os grupos cuja apresentação gerou debates mais intensos foram os grupos que discutiam os eixos de mobilidade, acessibilidade e ordenamento territorial. Os formulários preenchidos por cada grupo encontram-se expostos abaixo.

Figura 17 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 1 e Eixo 2 (Uso do Espaço urbano e Habitação).

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL OFICINA COMUNITÁRIA	
MUNICÍPIO: Ribeira	GRUPO: 01
COORDENADOR: Moacyr Dias Baptista Neto	
POTENCIAIS	DEFICIÊNCIAS
<p>E1- Grandes Aparelhos urbanos dentro do centro da cidade (Grupo, Comércio, Quadras)</p> <p>E1- Definir distrito Industrial fora da Zona Urbana.</p> <p>E2- Compra e venda de potencial construtivo, Implementar.</p> <p>E1- Criar uma comissão municipal para realizar orientações e negociação no caso de grandes obras.</p>	<p>E1- Impossibilidade de estacionar na principal avenida da cidade.</p> <p>E1- Grande área no centro da cidade com entrave judicial.</p> <p>E1- Maioria das construções realizadas sem acompanhamento técnico.</p> <p>E1- Falta de manutenção e finalização das obras do SPBESP.</p> <p>E1- Uso indevido do passeio.</p> <p>E2- Alto número de loteamentos clandestinos.</p> <p>E2- Regularização dos terrenos.</p> <p>E2- Falta do plano de código de obras e fiscal de obra.</p> <p>E2- Grandes áreas ocupadas pelo CBA.</p>

Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Figura 18 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 3 (Acessibilidade e Mobilidade Urbana).

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL OFICINA COMUNITÁRIA	
MUNICÍPIO: Ribeira	GRUPO: 01
COORDENADOR: Moacyr Dias Baptista Neto	
POTENCIAIS	DEFICIÊNCIAS
<p>E3- Baixo tráfego de veículos fora da avenida principal.</p>	<p>E3- Falta de alternativas de trajetos; Retirar trânsito centro da cidade.</p> <p>E3- Falta linha fora Urbana - Rnel.</p> <p>E3- Passeio fora do padrão; espaço pequeno.</p>

Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Figura 19 - Ficha de participação - Grupo 2 - Eixo 4 (Qualidade de Vida).

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL OFICINA COMUNITÁRIA	
MUNICÍPIO: RIBEIRA GRUPO: 02 Eixo 4 COORDENADOR: RAFAEL TAMAYO	
POTENCIAIS - Qualidade de vida	DEFICIÊNCIAS - Qualidade de vida
<ul style="list-style-type: none"> → Baixo índice de criminalidade → Bom índice de qualidade do ar → Acessibilidade da população → Baixo custo de vida 	<ul style="list-style-type: none"> → Poluição sonora e do ar na cidade → Desemprego → Falta de especialidades médicas e distância para acessá-las → Distância para acessar instituições de ensino superior e técnicas → Desemprego → Falta de programas para a Terceira Idade → Falta de programas de formação profissional para jovens e adultos → Racionalização da operação de espaços públicos e privados → AUSÊNCIA DO MONITORAMENTO DE QUALIDADE DO AR. → AUSÊNCIA DO SISTEMA DE CONTROLE ZOOSSANITÁRIO EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO.

Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Figura 20 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 5 (Cultura, Lazer e Turismo).

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL OFICINA COMUNITÁRIA	
MUNICÍPIO: RIBEIRA GRUPO: 2 Eixo 5 COORDENADOR: RAFAEL TAMAYO	
POTENCIAIS - Cult, lazer e tur	DEFICIÊNCIAS - Cult, lazer e tur
<ul style="list-style-type: none"> → Existência de um calendário de eventos culturais e esportivos → Turismo de aventura e rural e de eventos → Rios turísticos (Rio Ribeira e Cataratas Altas) → Melhorias na rede hoteleira → Proximidade com o Parque Estadual Turístico (Petar) → Cultura de mitérios 	<ul style="list-style-type: none"> → Falta de equipamentos culturais (salas de cinema, teatro) → Falta de incentivo aos fomentos de Turismo → Falta de Políticas municipais e estadual para Cultura e Turismo → Falta de Capital Privado para desenvolvimento da Cultura e Turismo → Falta de PMSs, parques nos bairros

Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Figura 21 - Ficha de participação - Grupo 1 - Eixo 6 (Meio Ambiente e Sustentabilidade).

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL OFICINA COMUNITÁRIA	
MUNICÍPIO: RIBEIRAS	GRUPO: 2 / Eixo 6 COORDENADOR: RAFAEL TAMMHO
POTENCIAIS / Meio ambiente e sust	DEFICIÊNCIAS / Meio ambiente e sust
<ul style="list-style-type: none"> → Mata Atlântica → Recursos hídricos → Biodiversidade de fauna e flora → Criação de Parques 	<ul style="list-style-type: none"> → Aterro interditado → novo espaço para implantação de aterro → Falta de coleta seletiva → Política de Educação Ambiental → Desmatamento das encostas → Contaminação química (chumbo) → Falta de conscientização da população sobre a disposição dos resíduos → Roca de Cevara - (cultura de queimadas) → Falta de cronograma da coleta → Grande concentrações de áreas na máis da C.A.
<p>Deficiência</p> <ul style="list-style-type: none"> → Falta de legislação que regulamente o plantio de Pinus 	

Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Figura 22 - Representante do Grupo 01 apresentando os apontamentos.



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Figura 23 - Representante do Grupo 02 apresentando os apontamentos.



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Apesar da baixa participação, os resultados podem ser considerados significativos. A maioria das ações levantadas está relacionada com a infraestrutura do município, seguido do eixo do saneamento básico. O público presente não se caracterizou como comunidade em geral, uma vez que a maioria das pessoas estão ligadas ao Poder Público Municipal ou os próprios representantes do povo (vereadores). Os grupos trabalharam durante uma hora até chegarem aos resultados finais. Após os apontamentos de cada membro dos grupos, iniciou-se uma discussão para validar ou não as CDP's.

Conforme informações do público presente, em Ribeira as oficinas/leituras comunitárias, audiências públicas, consultas públicas e demais eventos de participação social, a comunidade no geral não tem interesse. Ainda é dito que, normalmente, o grupo que participa dos eventos de participação social é sempre o mesmo. Essa prática prejudica na formulação das políticas públicas de Ribeira, e põe em risco todo o trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a redação do Plano Diretor de um município é necessário compreender tecnicamente seu território, sua população e a capacidade estrutural e orçamentária de sua administração, porém, a leitura comunitária também é importante para compor o estudo final que embasará a redação do Plano Diretor de Ribeira.

O incentivo à participação social nos processos de planejamento territorial de Ribeira deve ser contínuo. Pela baixa participação em oficina, nota-se o desinteresse da comunidade local em auxiliar na definição das ações. É necessária a ampliação da mobilização social juntamente com o chamamento da população divulgando a real importância do evento para com o desenvolvimento do município.

Com base na metodologia trabalhada pode-se concluir que os resultados e discussões dos grupos servirão como diagnóstico preliminar da situação atual do município.

A importância da criação do Plano Diretor do município de Ribeira é baseada na caracterização apresentada e nos aspectos físicos que o município se encontra. Os resultados da metodologia CDP são significativos para um prognóstico detalhado.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 nov. 2017.

BRASIL, Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 07 nov. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 04/06/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 16.jan.2018.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "**Aspectos naturais do Estado de São Paulo**"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/aspectos-naturais-estado-sao-paulo.htm>>. Acesso em 23 de janeiro de 2018.

FREITAS, Ives Faiad - **O Plano Diretor como instrumento jurídico eficaz para a gestão ambiental dos municípios amapaenses** - Macapá, n. 3, p. 123-134, 2011.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. p. 50 a 51

MMA - Ministério do Meio Ambiente - **Biodiversidade dos Campos do Planalto das Araucárias** - 2009.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS** - 2014. Disponível em: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/>. Acesso em 10 de nov. 2017.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**, 2017. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27.jun.2018.

7 APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Ficha de participação das oficinas.

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL OFICINA COMUNITÁRIA		
MUNICÍPIO:	GRUPO:	COORDENADOR:
POTENCIAIS		DEFICIÊNCIAS

